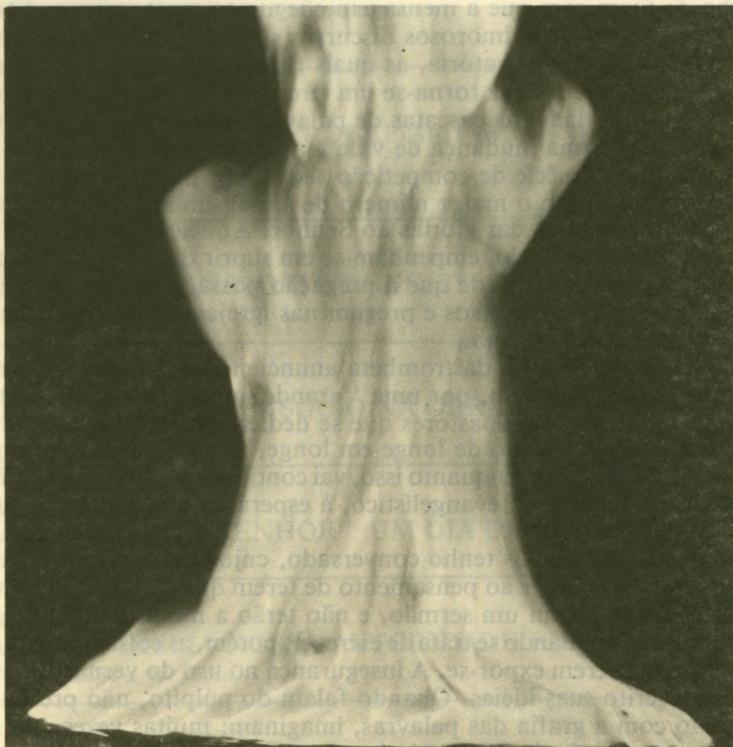


O MINISTÉRIO

ADVENTISTA

Uma Revista Para Pastores e Obreiros



ONDE ESTÁ O FOGO?

Pastores que não Escrevem

Temos, só no Brasil, um grande contingente de pastores e obreiros que realizam um valioso trabalho na Obra do Senhor. Desempenham, com elogiável esmero, as mais diversas, nobres e espinhosas funções, com dedicação e idealismo. E os resultados dessa boa disposição, verificam-se na conquista de almas para o reino dos Céus.

No empenho de fazer com que a mensagem chegue ao maior número de pessoas, pregam-se vibrantes sermões. Primorosos discursos são pronunciados, empregadas as mais atualizadas técnicas de oratória, as quais fazem estremecer até mesmo os corações mais indiferentes. A cruz torna-se um irresistível apelo, pois que pintada em cores fascinantes. Verdadeiras cascatas de palavras, cheias “de graça e verdade” (João 1:14), convidam a uma mudança de vida e a um retorno ao Criador.

Há, até mesmo, uma espécie de competição sadia, por parte de muitos, com o propósito de levar ao batismo o maior número de almas em seu campo de trabalho, e isto é sempre motivo para se dar glórias ao Senhor. Aqueles que exercem a função de departamentais, por outro lado, empenham-se em suprir de materiais evangelísticos os vários setores do campo, a fim de que a pregação possa ir avante com sucesso. Além disso, viajam, fazem congressos e pregam nas igrejas. Tudo isso é saudável e benéfico ao progresso do evangelho.

Mas, enquanto se ouve o som da trombeta anunciando aos quatro ventos a mensagem de que Cristo logo vem, por uma “grande nuvem de testemunhas” (Heb. 12:1) que pregam, poucos são os pastores que se dedicam a escrever artigos para nossas revistas e mesmo livros. Só de longe em longe, toma alguém tempo para produzir algum trabalho escrito. Enquanto isso, vai continuando virgem ou praticamente inexplorado esse filão de recurso evangelístico, à espera de que alguém se atreva a garimpá-lo.

Alguns pastores com os quais tenho conversado, cujo sucesso no evangelismo é indiscutível, parecem estremecer ao pensamento de terem que produzir algum trabalho escrito. Peça-se-lhes que façam um sermão, e não terão a mínima dificuldade em assumir essa incumbência. Quando se trata de escrever, porém, as coisas mudam de figura.

Alguns, por não quererem expor-se. A insegurança no uso do vernáculo, impede-os de apresentar por escrito suas idéias. Quando falam do púlpito, não precisam preocupar-se tanto com a grafia das palavras, imaginam; muitas vezes, até com a concordância e outras exigências gramaticais. Ao escreverem, porém, temem revelar quanto deixaram de cultivar o seu idioma; em muitos casos, em benefício de uma língua estrangeira!

Mas, conforme temos aprendido, nunca é tarde para se começar a fazer alguma coisa. O que não falta são livros que ensinam como se deve dedicar a essa bela arte, a arte de escrever. É bom saber que, se o artigo for aproveitável, no que se refere ao seu conteúdo, o redator sempre colabora com o autor, corrigindo possíveis imperfeições. Mesmo entre pessoas acostumadas a escrever, raramente o que escrevem é publicado sem alguma alteração ou acomodação às normas de publicidade. Vale, portanto, a pena tentar.

Ser um bom orador é muito importante. Mas se o orador puder ser também escritor, vai sentir-se ainda melhor. Seu auditório será muito mais amplo, e certamente também o resultado do seu trabalho. — *O Redator.*

O MINISTÉRIO

ADVENTISTA

Ano 62 - Número 14 - Mar/Abr. 1992 - Periódico Bimestral

Uma Revista Para Pastores e Obreiros

ARTIGOS

4 ONDE ESTÁ O FOGO?
David Vandenburg

7 POLIGAMIA: UM PROBLEMA PERMANENTE EM PAÍSES
AFRICANOS
Josephat R. Siron

10 A FÉ E A HISTÓRIA DA FÉ: TRANSPONDO O ABISMO
Arthur N. Patrick

18 A FAMÍLIA: UM SÓCIO NA OBRA
Victor D. Flauta

22 "O DIA DO SENHOR": UM DIA DA SEMANA?
Almir A. Fonseca

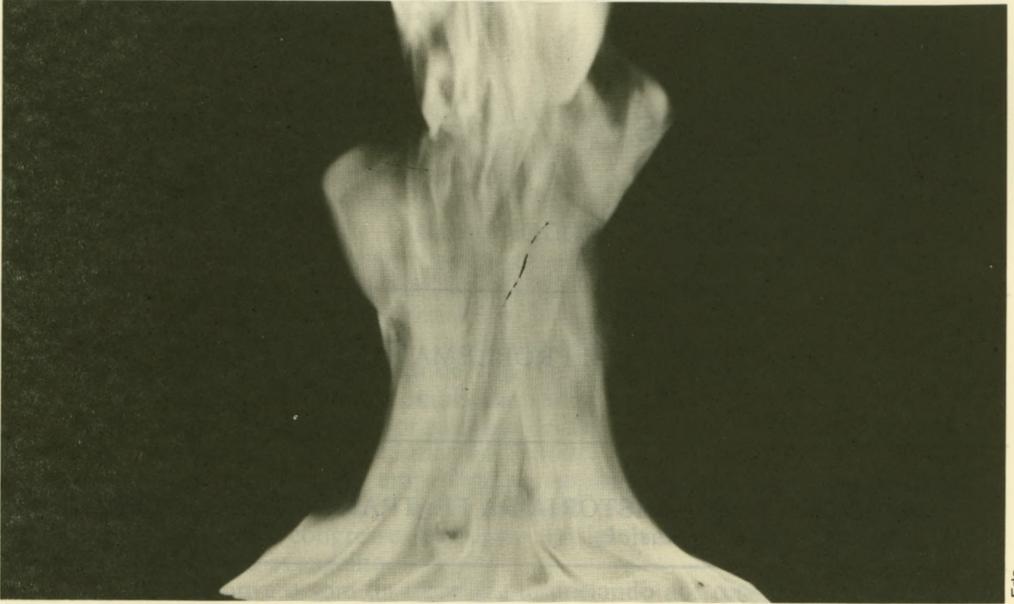
26 É A BÍBLIA NOSSA AUTORIDADE FINAL?
George W. Reid

Gerente Geral: Carlos Magalhães Borda; **Redator-Chefe:** Rubens S. Lessa; **Editor:** Almir A. Fonseca; **Diretor de Arte:** Erlo Köhler; **Diagramação:** Germano Liedke; **Colaborador Especial:** Amasias Justiniano, Jaime Castrejón; **Colaboradores:** Wilson Sarli, Jorge Burlandy, Jefte Carvalho, Adamôr Pimenta. **Capa:** Erlo Köhler

Todo artigo ou qualquer correspondência para a revista O MINISTÉRIO ADVENTISTA devem ser enviados para o seguinte endereço: Caixa Postal 12-2600 — 70279 — Brasília, DF. Rodovia SP 127 — km 106 — Caixa Postal 34 — 18270 — Tatuí, SP.

Onde Está o Fogo?

DAVID VANDENBURGH
Pastor em Loma Linda, Califórnia



ETIO

Jesus incendiou o mundo. Onde está esse fogo hoje?

Jesus disse: “Eu vim para lançar fogo sobre a Terra” (Luc. 12:49). E Ele o fez. Toda vez que curou, sempre que ensinou, toda vez que expulsou um demônio lançou Ele fogo sobre a Terra. Ele ateou fogo em vilas e corações. Era perigoso encontrar-se com Jesus; Ele era incendiário.

A obra de lançar fogo está intimamente ligada com o Espírito Santo. João Batista disse que Jesus batizaria “com o Espírito Santo e com fogo” (Mat. 3:11). Essa promessa se cumpriu literalmente no Pentecostes, quando o Espírito Santo veio sobre os discípulos: “E apareceram, distribuídas entre eles, línguas como de fogo;

e pousou sobre cada um deles. Todos ficaram cheios do Espírito Santo” (Atos 2:3 e 4).

Quando os discípulos receberam o Espírito Santo, o fogo que Jesus viera lançar sobre a Terra foi ateado. O livro de Atos parece retratar toda a igreja do Novo Testamento em chamas, cada cristão testemunhando do salvador domínio de Cristo, a igreja crescendo aos saltos e pulos, sinais e milagres por toda parte, o fogo sagrado passando de pessoa para pessoa. “Acrescentava-lhes o Senhor, dia a dia, os que iam sendo salvos” (Atos 2:47), e o mundo foi virado de cabeça para baixo.

E agora uma pergunta: Onde está o fogo? Jesus estava em chamas; os apóstolos foram inflamados no Pentecostes; a igreja primitiva ardeu ofuscantemente. Onde está o fogo hoje?

A meu ver, a igreja de Jesus Cristo necessita de uma renovação. Poucas congregações, grandes ou pequenas, de qual-

quer denominação, poderiam provar com facilidade a alegação de estar em chama. No presente clima, os tições incandescentes passam por fogueiras, as espirais de fumaça por conflagrações. E quando atentamos para Deus, ouvimo-Lo chorando — chorando porque o fogo aceso por Seu sangue foi abafado pela indiferença.

“Conheço as tuas obras, que nem és frio nem quente. Quem dera fosses frio, ou quente! Assim, porque és morno, e nem és quente nem frio, estou a ponto de vomitar-te da Minha boca; pois dizes: Estou rico e abastado, e não preciso de coisa alguma, e nem sabes que tu és infeliz, sim, miserável, pobre, cego e nu” (Apoc. 3:15-17).

Com certeza, nós, adventistas do sétimo dia, não deveríamos surpreender-nos com um apelo para reavivamento. Cem anos atrás, Ellen White escreveu: “Um reavivamento da verdadeira piedade entre nós, eis a maior e a mais urgente de todas as nossas necessidades. Buscá-lo, deve ser nossa primeira ocupação.”¹

Lamento dizê-lo, mas não posso perceber que tenhamos ouvido o conselho; não temos tornado a busca do reavivamento nossa primeira ocupação. O evangelismo pode ser nossa primeira ocupação, ou talvez a preservação institucional, mas não a busca do reavivamento. Ao menos parece. Somos muitas coisas, mas não somos um povo “espiritual”. Também não somos povo “natural” — não convertido, não regenerado. A designação que melhor se presta é “carnal”. Paulo diz que as pessoas carnavais necessitam de leite, em lugar de alimento sólido, pois são imaturas. Elas não são “naturais”, embora vivam como pessoas comuns (1 Cor. 2:14-3:4).

A igreja: obstáculo à fé?

Acreditamos que a igreja, ao invés de ser o instrumento de salvação que Deus pretendia que fosse, tornou-se o maior obstáculo à fé. De maneiras diversas, tem-se ouvido os que não são cristãos dizerem: “Jesus, sim; a igreja, não.” Ao ser dito que a cristandade não trabalha, G. K. Chesterton discordou. Disse ele: “Ainda não foi comprovado.” Alguém ouviu um hindu dizer: “Eu me tornaria cristão se pudesse ver um.”

Em lugar de “Avante, Soldados Cris-

tãos”, devíamos cantar:

Como uma grande tartaruga, move-se a igreja de Deus.

Irmãos, estamos andando onde já pisamos.

Estamos todos divididos, somos muitas corporações.

Muito fortes em doutrina, fracos em caridade.

Bem fazemos em alimentar a casca das pessoas — a casca da teologia e da moralidade — mas não somos muito bons para dar-lhes o alimento para sua alma. A pregação atingiu uma condição inferior. Já não somos o povo do Livro. A verdadeira oração é quase desconhecida entre nós. Raramente se percebe o prazer do Senhor.

Temos confundido religiosidade com espiritualidade, sem perceber que a religiosidade não é senão uma pobre, superficial e pálida paródia de ombros curvados da espiritualidade.

“Há perigo de dependermos dos nossos próprios esforços, em lugar de permitir que o Espírito Santo realize a obra; mas a Igreja continua sendo de Cristo”.

“Tendo começado no Espírito, (estais) agora vos aperfeiçoando na carne?” (Gál. 3:3). Nos dias de Paulo, a questão consistia em saber se os gálatas, em lugar de continuarem a depender *somente* de Cristo para a salvação, procuravam acrescentar suas realizações, na vã esperança de que ao assim fazerem poderiam tornar mais certa sua salvação. Era uma mudança da centralização em Deus para a centralização no homem.

Em nossos dias, um novo perigo cresce junto com o perigo antigo — a tentativa de substituir a dependência do Espírito Santo pela dependência do esforço e habilidade humanos, de abandonar a nossa fé de que a igreja é de Cristo e confiar nos esforços humanos para divulgá-la. Ninguém que lê a respeito do início, seja da igreja do Novo Testamento ou da Igre-

ja Adventista do Sétimo Dia, duvidará de que elas começaram com o Espírito. Terminaremos pela carne?

Convém lembrarmos que o Espírito Santo não habita em planos, programas, projetos ou promoções; habita nas pessoas. Ele não unge o maquinário, mas as pessoas.

Carl Bates disse certa vez: “Se o Espírito Santo fosse retirado subitamente da Terra, 90 por cento do que a igreja realiza não mais seria correto.” Temo que ele esteja certo. Temo que já não sejamos um povo espiritual. Deveríamos orar em lugar de planejar. Esperar no Senhor, em lugar de trabalhar. Deveríamos ser ministros, em lugar de gerentes. Vemos a igreja mais como uma empresa do que como uma irmandade. Vemos o pastor mais como um diretor-executivo do que como apascentador. (Por que os pastores se tornam administradores, mas os administradores raramente se tornam pastores?) Pensamos na organização como uma hierarquia de autoridade, ao invés de como uma comunidade de colegas de trabalho todos os quais são irmãos e irmãs.

Outrora, nossas instituições foram aparelhadas para realizar nossa missão no mundo; agora, porém, a manutenção de nossas instituições é nossa missão no mundo. Elas se tornaram a cauda que abana o cachorro. Para manter nossas instituições, estamos esvaindo nossas congregações locais, e temos dificuldade de conceber qualquer ministério separado das instituições.

Há muito pouca confiança entre nós. Temos medo de expressar nossas opiniões. Porque não confiamos uns nos outros, construímos elaborados sistemas de cheques e balanças para estar certos de que ninguém pode roubar a igreja. Muitos de nós desconfiam grandemente de que a igreja funciona de acordo com o sistema do “tudo bem”. Quando a igreja se reúne para tratar de negócios, usam-se técnicas maquiavélicas para conseguir o resultado previamente determinado. A liderança não está interessada nas pessoas a serviço das quais se supõe que ela esteja. A prestatividade se transformou em autocracia. Sabemos bem pouco a respeito da “força na fraqueza” e da “morte para o eu”.

Temo que tendo começado pelo Espírito, *estejamos* terminando pela carne.

Que podemos fazer?

Que podemos fazer? Podemos arrepender-nos, podemos orar. Ellen White disse: “Nosso Pai celeste está mais disposto a dar Seu Espírito Santo àqueles que Lho peçam, do que pais terrenos o estão a dar boas dádivas a seus filhos. Cumpre-nos, porém, mediante confissão, humilhação, arrependimento e fervorosa oração, cumprir as condições estipuladas por Deus em Sua promessa para conceder-nos Sua bênção. Só podemos esperar um reavivamento em resposta à oração.”²

Gastamos muito tempo procurando ser fortes e em dominar-nos, porque não compreendemos que o Seu poder “se aperfeiçoa na fraqueza”. Estamos tão ocupados, lutando por nós mesmos, nossos pontos de vista, nossos planos — tão ocupados, provando que sabemos o que é certo para a igreja — que somos incapazes de avaliar as irregularidades. A confissão e o arrependimento são palavras que não têm som muito agradável para nós. Humilhação é a última coisa que desejamos. Contudo, não podemos experimentar reavivamento sem eles.

Cumpre-nos ser determinados acima de tudo, para que sejamos líderes espirituais. Precisamos abrir espaço para Deus em nossa vida, assim como Ele abriu espaço para nós em Seu concerto de família. Devemos aquietar-nos diante dEle e prestar atenção à Sua voz mansa. Precisamos dar o primeiro lugar em nossas agendas à prática das disciplinas espirituais, que por vinte séculos foram a espinha dorsal da liderança da igreja.

Cumpre lembrar-nos — constantemente — de que esta é a igreja de Cristo e de que Ele não precisa de nós. Devemos lembrar-nos de que Ele não nos chamou para ser bem-sucedidos, mas para ser fiéis. Devemos lembrar-nos de que *ser* é mais importante do que *fazer*.

Se o ministério não pode ou não quer servir de modelo de tais convicções, onde pode o fogo ser reacendido? Oremos uns pelos outros, para sermos pessoas espirituais. Oremos para que o fogo que Jesus lançou sobre a Terra possa arder sempre — dentro de nós.

1. *Mensagens Escolhidas*, vol. 1, pág. 121.

2. *Ibidem*.

Poligamia: um Problema Permanente em Países Africanos

JOSEPHAT R. SIRON
Pastor no Quênia

Os adventistas do sétimo dia têm tomado duas posições básicas ao lidar com a poligamia. Qual é a melhor?

Criou Deus, pois, o homem à Sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou” (Gên. 1:27). As Escrituras declaram que Deus criou um casal, homem e mulher; e esses dois (não três ou quatro) tornaram-se os pais da raça humana. Foi uma família monógama a primeira a ser estabelecida neste planeta. Há bastante razão para crermos que esta tenha sido a combinação ideal, pois “viu Deus tudo quanto fizera, e eis que era muito bom” (Gên. 1:31).

O Novo Testamento confirma este ideal: “Eis por que deixará o homem a seu pai e a sua mãe, e se unirá à sua mulher, e se tornarão os dois uma só carne” (Efés. 5:31). Sem dúvida alguma, Deus pretendia que o primeiro casamento servisse de modelo para todas as famílias que se sucedessem nas várias gerações. A forma original de casamento é essencial para a sociedade; é, na verdade, a base sobre a qual a sociedade existe.

O fato de que no casamento o homem e a mulher se tornam uma só carne, torna evidente que o matrimônio é uma união vitalícia entre aqueles que assim concordam em viver. A solenidade do matrimônio

não reside na assinatura do certificado de casamento, mas no consentimento, com a aprovação de Deus, entre aqueles que pretendem casar-se e que se confiam um ao outro física, mental e espiritualmente.

Com a entrada do pecado neste planeta, e após algumas gerações, as pessoas começaram a pôr em prática a poligamia: “Vendo os filhos de Deus que as filhas dos homens eram formosas, tomaram para si mulheres, as que, entre todas, mais lhes agradaram” (Gên. 6:2).

Deve-se notar que nas sociedades onde a poligamia é legal, ela é considerada como aceitável e mesmo desejável. Em muitas comunidades da África oriental e ocidental, é a primeira esposa quem busca uma co-esposa para seu marido. Encontrei um membro da igreja cuja esposa o havia persuadido a ter uma segunda esposa. Mais tarde essa família se converteu e desejou ser batizada e aceita como membros da igreja ainda em seu estado de polígamos. O marido argumentou que considerava ambas as mulheres suas esposas legítimas e que as mulheres também consideravam uma à outra como co-esposa.

Os problemas que têm que ver com o casamento estão entre os mais complexos e embaraçosos de todos com os quais os pastores precisam lidar. Eles são complexos porque afetam a mais fundamental das instituições humanas, e são embaraçosos porque, com relação a muitos deles, a Bíblia não oferece nenhuma posição clara

de sim ou não. Dessa forma, os pastores devem empregar um critério exegético e colocar-se na posição correta e considerar o problema da perspectiva de Deus. Se Jesus estivesse andando nas ruas de nossas cidades ou nas colinas e vales de nossas vilas e encontrasse e convertesse uma família polígama — como deve ter feito 2.000 anos atrás na Palestina — o que faria Ele com essa família?

Duas posições

Os teólogos modernos têm encontrado exemplos variados de não e de sim com respeito à poligamia. Vejo duas posições básicas. A uma, chamarei de posição N, e a outra, posição S.

A posição N requer que os polígamos efetuem uma mudança completa antes do batismo e da admissão na igreja como membros. Os proponentes dessa posição apelam para Gên. 1:27; 2:22 e 24; e Marcos 10:7. Eles aplicam também o símbolo de uma igreja como a noiva e de Cristo como o noivo (Oséias 2:19).

Aqueles que defendem essa posição estão ainda divididos em dois campos: N1 e N2. Os membros da posição N1 dizem que quando o polígamo é convertido, deve escolher apenas uma esposa entre as que tem. Ele deve pôr as restantes de lado e manter relações maritais apenas com aquela que escolheu. Essa posição diz que o homem continua tendo a responsabilidade de atender as necessidades materiais de suas antigas esposas. Em outras palavras, todas as esposas têm igual direito à propriedade do homem.*

A dificuldade com respeito a essa posição é que, sendo a natureza humana como é, o homem tem a tendência de escolher e conservar a mais jovem ou a mais bonita das esposas e separar-se das mais velhas, ao passo que biblicamente, aquela com quem ele se casou primeiro talvez tenha mais direito na família. As causas por que algumas das esposas não são persuadidas à fé do marido (ou vice-versa) e podem não ver razão para separação, também apresentam problemas.

Aqueles que são a favor da posição N2 reconhecem apenas o primeiro casamento — caso seja celebrado numa corte legal ou no escritório do comissário, ou ainda de acordo com o costume nup-

cial tradicional. Os demais são desprezados. Eles encontram apoio para sua posição em Provérbios 5:18. De acordo com sua maneira de ver, quando o homem que pratica a poligamia se converte, ele deve separar-se de todas as suas esposas, ficando só com aquela com quem entrou primeiro em relações matrimoniais. Eles concordam com os proponentes da posição N1, segundo a qual o homem deve preencher as necessidades materiais das esposas separadas.

Os proponentes tanto da N1 como da N2, sugerem que uma vez que, na sua maneira de ver, não tenha existido casamento válido, no caso das esposas das quais o marido se separou, essas esposas estão livres para casar com outro homem. Mas isso é impraticável em muitas sociedades, pois o ambiente social tem o casamento em alta conta, a ponto de considerar a esposa como ainda casada com alguém que já morreu. Quando a igreja sugere que essas esposas podem casar-se com outro homem, enquanto a comunidade as considera ainda casadas com o primeiro marido a imagem da igreja pode ficar grandemente prejudicada — como promotora de imoralidade e destruidora — da sociedade e da família.

Ambas as divisões da posição N podem fazer com que surja um problema muito grave — um problema que pode ser perpetuado pelas gerações seguintes. Muitas das esposas abandonadas talvez não sejam capazes de casar-se; contudo, elas ainda desejam o amor de um homem. Muitas vezes elas acabam em relacionamentos imorais e têm filhos ilegítimos.

Posição A

A posição A é mais liberal. Os que defendem esta posição acham que o que afeta socialmente as pessoas, também as atingirá espiritualmente, de maneira que elas procuram uma solução para o problema da poligamia, que trate dos seus aspectos sociais, bem como dos espirituais. Eles levam a espada em uma das mãos e a enxada na outra. “Arrancaí as ervas daninhas e cultivaí a sementeira”, é seu moto não escrito.

Esse grupo vê duas espécies de casos: aqueles que já se encontravam em uniões polígamas quando foram alcançados pelo

evangelho, e o dos que haviam professado o cristianismo e depois resvalaram para a prática polígama. Eles argumentam que aqueles cuja conversão atual ao cristianismo constitui sua primeira experiência, que não haviam professado a fé cristã antes e a abandonaram depois, devem ser plenamente aceitos como membros da igreja por meio do batismo, sem necessidade de separar-se de nenhuma das esposas. Segundo eles, a separação não é um pré-requisito para o batismo e aceitação na igreja.

Os que defendem este ponto de vista creem que os que são recebidos na igreja na condição de polígamos, não deveriam ser escolhidos para nenhum cargo de liderança na igreja (I Tim. 3:2). Como os da posição N, eles também defendem que nesses casos em que há separação, o bem-estar dos filhos deve ser levado em consideração.

O principal problema apresentado por essa posição é que muitas vezes é difícil determinar se aqueles que estão desejando o batismo estão realmente experimentando sua primeira conversão à fé cristã. Isto é verdade principalmente no caso das respostas de massa durante as campanhas evangelísticas. O desejo de ser batizados pode levar alguns dos conversos a tal ponto que o testemunho que dão da história de sua vida talvez não seja de confiança. Os contrários a esse ponto de vista também dizem que ele não é respaldado pelas Escrituras, e que uma vez que a Bíblia não apresenta nenhuma orientação clara, permitindo batismo dos que praticam a poligamia, não devemos aceitar essa prática.

A poligamia é um verdadeiro problema, especialmente na África — de maneira que temos que enfrentá-lo. Mas como responder às perguntas com as quais a Bíblia não trata diretamente?

Em primeiro lugar, precisamos entender que nosso principal objetivo aqui na Terra é pregar o evangelho da salvação; e não, resolver as questões sociais.

Em segundo, devemos procurar saber como Deus trata com situações dessa espécie, buscando o princípio orientador que nos capacite a tratar com o problema que enfrentamos. Nesse ponto, devemos evitar apelar para o exemplo do homem, mesmo quando relatado nas Escrituras, a não ser que o comportamento tenha recebido a condenação de

Deus. Sabemos que nem todo ato ou prática da Bíblia recebeu o selo da aprovação divina.

Em terceiro lugar, quando um assunto não é diretamente esclarecido na Bíblia, devemos aplicar a razão, certos de que nossas conclusões se harmonizam com a posição bíblica geral e com a ortodoxia doutrinária.

Em certos meios e ao lidarmos com algumas questões sociais, nossas soluções podem indicar que estamos subscrevendo práticas não ortodoxas, quando na realidade não estamos. Como igreja, devemos estar dispostos a permitir que o evangelho que pregamos cumpra o seu propósito de transformar seres humanos e sua sociedade sem a ajuda de mãos humanas. Quando o evangelho for apresentado em sua pureza, veremos a própria sociedade levantar-se contra os males que nela existem. Quando, por outro lado, algum mal é perpetuado na sociedade, talvez seja porque falhamos em nossa responsabilidade de levar a verdadeira mensagem às pessoas. No caso da poligamia, temos a ocasião de fazer isso; a igreja deve mostrar aos membros faltosos que seu evangelho transforma os pecadores e que se eles voltarem a pecar sua situação é pior do que antes que recebessem o conhecimento da verdade.

Não deve existir nenhuma verdadeira razão por que devemos negar às pessoas o privilégio da salvação, simplesmente porque elas eram polígamas quando ouviram o evangelho. Se fizermos isso, tornamo-nos meros metodologistas que formulam muitas regras e regulamentos sem princípio bíblico; somos meros juízes na igreja. A principal preocupação do ministro não é imaginar maneiras e meios de admitir e/ou desmascarar os polígamistas, mas salvar pregando o evangelho da salvação quando este se refere à instituição do casamento.

(FIDK0.5) all
→ (IS) (EV) (FS)
(*) Para complicar ainda mais a situação, muitos daqueles que defendem a posição N1 consideram todos os casamentos fora da igreja como não válidos e o casamento comum tradicional como mau e bárbaro. Eles consideram aqueles que se uniram dessa maneira como não estando verdadeiramente casados, e, sim, vivendo em concubinato. Esse grupo ainda se sente perplexo quanto à maneira de responder a pergunta de uma família polígama em que cada um dos cônjuges toma lugar na corte legal ou no escritório do comissário.

A Fé e a História da Fé: Transpondo o Abismo

ARTHUR N. PATRICK
Arquivista do Colégio Avondale, Austrália

É nossa história teológica um embaraço para a fé e a proclamação atuais?

Os Adventistas do Sétimo Dia são um povo peregrino sobre o qual o passado e o futuro incidem constantemente. Parte do nosso trabalho pastoral é ajudar nosso povo a lembrar-se das jornadas da fé que ficaram para trás, e com elas explorar o terreno do futuro, à luz da história e da profecia bíblica combinadas.

Os primeiros cristãos estavam certos de que a experiência passada do povo de Deus tinha significado contínuo. Paulo estava convencido de que a história de Israel não era apenas um exemplo para os crentes, mas seus muitos registros destinavam-se à benéfica perseverança daqueles “sobre quem os fins dos séculos têm chegado” (I Cor. 10:11).

Os primeiros adventistas apoderaram-se dessa idéia e a aplicaram ao seu desenvolvimento teológico e eclesiológico ao procurarem aprender tanto da história judaica como da cristã. Nosso periódico mais importante *The Second Advent Review and Sabbath Herald* foi desenhado em 1850 com uma cena do passado bem como do presente: ele se propunha rever o ressurgir do movimento do segundo advento e anunciar o sétimo dia da semana como o sábado bíblico. Em 1858, com a publicação de *The Great Controversy, Between Christ and His Angels, and Satan and His Angels*, Ellen White começou uma nova

fase da concentração de sua vida sobre a história. As principais revisões dessa obra produzida em 1884, 1888 e 1911 ajudaram os adventistas a entenderem melhor a orientação do Senhor do começo ao fim da história cristã em geral, e em sua herança em particular. Durante 1903, Ellen White declarou: “Devemos aprender a descobrir a melhor maneira de reconsiderar nossas experiências do início de nossa obra.”¹ Tais injunções têm levado as publicações adventistas a fazerem referências freqüentes à nossa herança.

Contudo, em décadas recentes o apelo ao passado tem estado repleto de perigos, bem como de promessas. Este problema não é exclusivo dos Adventistas do Sétimo Dia. Na verdade, durante a segunda parte do século vinte muitas áreas da história cristã foram submetidas a novo exame, muitas vezes com resultados traumáticos para os crentes. Por exemplo, um artigo recente analisou as ramificações resultantes da “maturação da historiografia evangélica e do fenômeno da história do espectador-participante”.² Outro artigo, depois de salientar as importantes mudanças que ocorreram no curto período de tempo entre 1960 e 1980, concluiu que já não mais está certo ver a história como “um ato da piedade, laudatória no tom, e compilatória quanto à natureza. Os antiquários nostálgicos, que descrevem acontecimentos triunfalistas ou polêmicos ajudam no sepultamento do passado, mas isto é inaceitável



para uma geração que requer análise de perspectiva. “Os temas tradicionais de sobrevivência heróica e unidade em face de muitos inimigos”, já não falam a uma era que está desconfiada de hagiografia.³

Em 1970, A. Graham Maxwell declarou que a muito custo a igreja adventista desenvolveu um corpo de pessoas dispostas e capazes de examinar criticamente o movimento do qual faz parte. O Dr. Maxwell observou também que no passado “nenhum movimento religioso foi capaz de sobreviver além desse ponto sem graves perdas de unidade e sentido de missão”.⁴ Desde 1972, nossa igreja tem planejado e proporcionado facilidades relacionadas com o seu centro de operações e com os principais centros em todo o mundo. Isto tornou possível aos historiadores experimentados usarem materiais de primeira-mão ao escreverem as narrativas dos participantes-espectadores do passado, ajudando assim o processo de amadurecimento da historiografia adventista.

A história adventista é a história da crença e administração adventista. Ela traça o impacto das idéias teológicas sobre os crentes e seu mundo. Demarca os esforços apaixonados e as grandes vitórias em vários níveis — pessoal, teológico, organizacional, missiológicos. Mostra como o Senhor nos dirige, ensina-nos, transforma-nos, disciplina-nos e nos faz avançar. Temos também às vezes a tendência de esquecer os altos e baixos do passado, e imaginar que nossas doutrinas têm sido estáticas. Esta dificuldade para perceber a natureza e extensão do desenvolvimento histórico da fé, doutrina e prática na igreja adventista, tem causado uma lacuna de compreensão entre a fé de muitos adventistas e as realidades de sua herança.

O problema tem despertado certo número de respostas. Alguns crentes mais zelosos negam a existência da lacuna, e procuram silenciar ou disciplinar os que a descobrem ou descrevem. Outros estão tão preocupados com a lacuna que se recusam a tratar com o passado de maneira inteligente e às vezes abandonam a igreja. Outros ainda procuram transpor o abismo entre o presente e o passado.

“Temos também às vezes a tendência de esquecer os altos e baixos do passado, e imaginar que nossas doutrinas têm sido estáticas.”

Podemos aplaudir os motivos daqueles que dizem que a fé adventista não tem experimentado crescimento desenvolvimentista e mudança. Os bons motivos, contudo, não tornam, necessariamente, válida uma posição. A história testifica que tivemos a coragem de mudar quando foi necessário fazê-lo, e que a mudança e o crescimento em si mesmos não necessitam ser iguais com colapso. Uns poucos exemplos do passado ilustrarão o assunto.

Evidências de uma lacuna

A necessidade de entender o desenvolvimento das doutrinas é apropriadamente ilustrada pela interpretação da “Porta-Fechada” de 1844. Essa idéia tem um significado especial para o Adventismo devido à sua relação com questões fundamentais para a identidade do nosso movimento — a doutrina do santuário, a função de Ellen White e a missiologia. Os escritos mais antigos da primeira visão de Ellen White, fazem referência à teoria da porta-fechada. Cartas de Tiago White de 1845 em diante, salientam o significado da doutrina para o Adventismo. Os escritos apologeticos de Uriah Smith durante os anos 1860, deram uma forma mais permanente e sistemática à doutrina. Como resultado, a doutrina da porta-fechada trouxe críticas do Adventismo do Sétimo Dia, desde os tempos mileritas até o presente, com uma de suas mais convenientes armas ofensivas.

Ainda hoje, poucos de nós fariam a respeito da teoria da porta-fechada com algum entusiasmo teológico. Na verdade, temos uma situação anômala: a literatura adventista oficial ainda recentemente esteve pouco inclinada a admitir a existên-

cia de uma brecha entre a fé dos crentes e os fatos da história nessa área. Contudo, desde o Seminário de Orientação Profética Internacional em 1982, tem havido sérias tentativas de entender o problema. Em lugar de negar-lhe a existência ou subestimar sua realidade, podemos agora admitir que Deus dirigiu passo a passo os nossos pioneiros e que o conceito da “porta-fechada” os ajudou a manter um senso de identidade durante uma época de difícil transição.⁵ Esta maneira de ver o assunto, ajuda-nos a enfrentar a nossa história de maneira honesta e criativa, e a interpretar o enfoque de nossos pioneiros para com a teologia. Relacionar-nos assim com a história, é equipar-nos melhor no cumprimento de nossa atribuição pastoral.

Um segundo exemplo da lacuna que se estabeleceu entre o passado e o presente pode ser citada de uma área diferente — a preciosa doutrina da justificação pela fé. A começar por volta de 1950, houve um constante realce sobre Cristo nossa justiça e a justificação pela fé. Fizeram-se esforços para retomar os verdadeiros ensinamentos de A. T. Jones e E. J. Waggoner sobre justificação e santificação, e nenhum empenho foi poupado para a reprodução de seus escritos. A leitura cuidadosa de suas apresentações, porém, tão necessária quando eles escreveram, tem sido desapontadora para muitos adventistas. Seus escritos não se ajustam à necessidade da igreja como o faziam em tempos passados. Só à luz da história aqueles escritos se tornam convincentes. O Senhor continuou a dirigir o Seu povo, e essa guia nos é mais plenamente provada, por exemplo, em “The Dynamics of Salvation” (A Dinâmica da Salvação), exposição primeiramente publicada na *Adventist Review* durante 1980.⁶

Usemos uma terceira ilustração, desta vez do âmbito da ciência. A maioria dos vinte e cinco livros escritos por George McCready Price (1870-1963) afirmam a doutrina da criação em contraste com as teorias evolucionistas. Este realce é uma necessidade contínua. Todavia, algumas das questões agora em foco e os argumentos que apresentamos são completamente diferentes dos existentes na época de Price. Desde 1902 a “melodia característica” de Price declarava: “A disposição dos fósseis nas rochas é apenas uma série taxionômica ou classificação, um corte

Desde 1950, houve um constante realce sobre Cristo como nossa justiça. Fizeram-se esforços para retomar os verdadeiros ensinamentos da justificação pela fé.

transversal, se desejarem, da vida do mundo antediluviano.”⁷ Os adventistas informados, porém, que continuam atualmente a cruzada de Price em favor do criacionismo, em geral concordam em que há alguma espécie de ordem na camada geológica. Em lugar de dedicar suas energias a negar a estrutura geológica, procuram explicar por que esta se acha presente.⁸ Assim, fazemos bem em evitar ser dogmáticos quanto a assuntos que podem constituir apenas uma questão de interpretação, em lugar do claro ensino das Escrituras. Os pastores eficientes alimentam seus rebanhos; eles não os dividem por meio de afirmações dogmáticas de idéias controversas.

Um quarto exemplo, também relacionado com a ciência, é ainda mais vívido. Nos anos 1860, Uriah Smith procurou defender Ellen White das 52 objeções suscitadas por seus escritos. Tiago White aplaudiu os artigos de Smith na *Review and Herald* e os vendeu amplamente quando eles foram reimpressos na forma de livro. Em um daqueles artigos, Smith defendeu a declaração de Ellen White sobre a amalgamação do homem com o animal. Ele não só argumentou que essa amalgamação era um fato, como declarou também que seu “efeito ainda é visível em certas raças de homens” e mostrou exemplos de pessoas que viviam em dois continentes. Smith buscou mais tarde apoio para sua teoria, de naturalistas que achavam impossível “dizer com precisão onde o homem termina e começa o animal”.⁹

Esta foi a história. Agora vejamos uma análise recente. Com notável coragem e clareza, Gordon Shigley contou de novo a história da justificativa de Smith sobre este assunto, e mencionou as várias posições que os adventis-

tas têm assumido desde que o livro de Smith foi publicado.¹⁰ Provavelmente ninguém argumentaria hoje que a amalgamação seja um fato. Fazê-lo sugeriria que deixamos de beneficiar-nos da riqueza de informações que Deus tornou disponível sobre a ciência da criação. Ainda assim, uma compreensão apropriada da história e desenvolvimento da doutrina, levar-nos-ia a considerar o dilema de Smith com simpatia, e talvez até a apreciar tudo o que pode tê-lo levado a sua posição. Tal atitude tornaria possível discordar de Smith sobre a amalgamação, sem contudo entrar no mérito de sua contribuição para a igreja ou nossa confiança em nosso passado.

Finalmente, durante os anos de 1970 os adventistas se viram diante de dados novos, relacionados com a reforma de saúde, novamente indicativos da lacuna que se estabeleceu entre a fé da igreja e sua história. Em *Prophetess of Health* (A Profetisa da Saúde), Ronald Numbers focalizou algumas das questões problemáticas.¹¹ Alguns membros e ministros ficaram grandemente preocupados com algumas das descobertas de Numbers. Os estudiosos enfrentaram problemas difíceis sobre fontes e interpretações. Lentamente, a igreja foi tomando consciência dessa reforma de saúde, bem como de nossas outras doutrinas, experimentou progresso gradual nas muitas décadas, antes de atingir a sua condição presente, e que este progresso ocorresse em resposta a cautelosos estímulos.

Relacionado com o ministério profético

Em grande parte, a falha da má compreensão entre a atual fé adventista e a história adventista antiga, relaciona-se com o ministério profético de Ellen White. Uma riqueza de dados novos relacionados com sua vida e escritos, veio à tona nos passados 20 anos, levando a interpretações e conclusões que podem assemelhar-se, nas divergências, às posições anteriores. Por exemplo, antes de 1970, a maioria dos crentes aceitavam as seguintes declarações com pouca ou nenhuma hesitação:

1. Os escritos de Ellen White fazem um forte apelo à verdade eterna.

2. Eles contêm certos elementos especiais.

3. Seus escritos sobre saúde colocaram os adventistas em posição vantajosa, pelo fato de relacionarem a saúde corporal com o bem-estar espiritual básico e indicarem inúmeros caminhos para viver bem.

4. Ela fez uso eficaz da Bíblia em seus escritos.

5. Muitas vezes ajudou a igreja a desenvolver-se e expor a sua teologia.

6. Manteve o controle sobre sua produção literária.

7. Seus escritos revelam uma notável beleza literária.

São eles normas inteiramente apropriadas para hoje? Estudos recentes¹² parecem indicar que não. Na verdade, as conclusões de alguns desses estudos falam a favor de alguma alteração ou modificação nas sete declarações acima, mais ou menos nos seguintes termos:

1. Os escritos de Ellen White fazem um forte apelo à verdade eterna, embora estejam historicamente condicionados em grau significativo.

2. Eles contêm certos elementos especiais, embora estejam relacionados de forma clara tanto com a literatura adventista como a não adventista da sua época.

3. Seus escritos sobre saúde colocaram os adventistas em posição vantajosa, pelo fato de relacionarem a saúde corporal com o bem-estar espiritual básico e indicarem inúmeros caminhos para o viver sadio, embora ela reflita algumas das idéias de seus contemporâneos adventistas e não adventistas.

4. Ela fez uso eficaz da Bíblia em seus escritos, embora empregasse as Escrituras de várias maneiras, das quais nem todas expressam o sentido e intenção da Bíblia.¹³

5. Conquanto ela muitas vezes tenha ajudado a igreja a desenvolver-se e a expor sua teologia, sua compreensão doutrinária foi submetida tanto ao crescimento como à mudança, durante toda a sua vida ministerial.¹⁴

6. Ela manteve uma posição de controle sobre sua produção literária, mas suas assistentes literárias e seus conselheiros desempenharam mais do que simplesmente um papel mecânico no preparo de seus escritos para publicação.

7. Seus escritos revelam uma notável beleza literária, mas ela usa fontes, e o

papel que ela atribuiu a suas assistentes e conselheiros indica que essa beleza literária não deveria ser usada como prova de sua divina inspiração.

Embora esses exemplos sejam poucos em número e enunciados apenas de forma abreviada, eles ilustram a espécie de ponte construída, essencial ao interesse da lacuna que existe entre a fé atual do crente adventista e a compreensão histórica do pensamento adventista. Levar isto avante com eficácia, eis a responsabilidade do pastor. Pois o preparo pastoral deve incluir o conhecimento da "origem e subsequente modificação dos ensinamentos característicos do adventista do sétimo dia".¹⁵ Esse empenho, porém, não deve cessar com o preparo de seminário; constitui ele parte importante do permanente trabalho do pastor.

Alguns crentes mais zelosos, incapazes de conviver com a realidade da mudança doutrinária e o crescimento, concluem que nossa herança é indigna e necessita ser desprezada. Raras vezes se referem eles à história adventista ou aos escritos de Ellen White, e experimentam uma sensação de intranquilidade quando outros o fazem. Esta luta entre a fé e a história, tornou-se um fator crucial na perda de pontos dos ministros e membros na década passada. E a batalha podia ser vencida com eficácia, apenas reconhecendo a realidade da lacuna, por um lado, e, por outro, aceitando a necessidade de mudança e crescimento. Negar a realidade da lacuna é perpetuar o problema. Apartar-se de nossa herança é experimentar a perda da identidade espiritual. O pastorado responsável requer que transponhamos o abismo.

Objetivos da construção de ponte

Se o abismo entre a fé e a história deve ser transposto de maneira eficaz, precisamos manter em foco um conjunto claro de objetivos. Nosso estudo da fé e história jamais deveria continuar sendo uma busca excitante pela:

* *Verdade*: Isto é, precisão histórica.

* *Discernimento*: Isto é, a compreensão de como o passado ilumina o presente e o futuro.

* *Estabilidade*: a saber, compreensão suficiente dos dados relevantes, de maneira que os novos itens da in-



formação não ameacem o sistema de crença da pessoa.

* **Identificação:** isto é, um senso aguçado de que a história adventista é nossa herança pessoal e, portanto, preciosa.

* **Compromisso:** isto é, convicção de que a igreja adventista tem uma missão digna de nossos melhores talentos e energias.

* **Reverência:** a saber, fé em que o Deus das Escrituras e Jesus Cristo têm guiado e continuam a guiar o movimento do segundo advento.

* **Comemoração:** isto é, o desejo de comemorar a integridade, as realizações e a fé do passado — e assim informar e inspirar o presente.

A responsabilidade do pastor como intérprete do passado e observador do futuro é uma responsabilidade exigente. Requer ela a habilidade de um construtor de pontes; envolve a paciência dos santos; demanda o exercício de fé viva.

E isto pode ser feito, especialmente se fizermos uma das afirmações famosas do Adventismo, bem familiares a nós: “Nada temos que recear quanto ao futuro, a menos que esqueçamos a maneira em que o Senhor nos tem guiado, e os ensinamentos que nos ministrou no passado.”¹⁶

1. Ellen G. White, Carta 105, 1903, citado em *Consels to Writers and Editors*, pág. 145.

2. Leonard I. Sweet, “Prudentes Como as Serpentes, Simples Como as Pombas: A Nova Historiografia Evangélica”, *Journal of the American Academy of Religion*, vol. LVI, Nº 3 (outono 1988), págs. 397-416.

3. J. D. Bollen, A. E. Cahill, Bruce Mansfield, e Patrick O’Farrell, “História Religiosa Australiana, 1960-1980”, *The Journal of Religious History*, Vol. XI, nº 1 (junho 1980), págs. 8-44.

4. A. Graham Maxwell, “A Missão Distintiva da Igreja Adventista do Sétimo Dia”, em Vern Carner e Gary Stanhiser, eds., *The Stature of Christ: Essays in Honor of Edward Heppenstall* (Loma Linda: Impresso e Publicado Reservadamente, 1970), págs. 89-96.

5. Escritores adventistas, incluindo F. D. Nichol, Arthur L. White, Rolf J. Poehler, Ingemar Lindon e Douglas Hackleman lidaram com este assunto. Ver especialmente Robert W. Olson, “Os Documentos da ‘Porta Fechada’” (Washington, D.C.: E. G. White Estate, 1982).

6. A declaração resultante de uma série de consultas sobre justificação pela fé, a qual vem sendo publicada desde então em várias partes do mundo em periódicos e panfletos.

7. Harold W. Clark, *Crusader for Creation: The Life and Writings of George McCready Price* (Mountain View, Calif.: Pacific Press Pub. Assn., 1966), págs 17 e 18.

8. Esta discussão se tornou importante não muito depois da morte de Price, como foi mostrado em Harold G. Coffin, *Creation: Accident or Design* (Washington, D.C.: Review and Herald Pub. Assn., 1969), pág. 108. Ver também págs. 174-183 para explicação de Clark.

9. Uriah Smith, *The Visions of Mrs. E. G. White, a Manifestation of Spiritual Gifts According to the Scriptures* (Battle Creek, Mich.: The Seventh-day Adventist Publishing Association, 1868), págs. 102-105.

10. Gordon Shigley, “Formação das espécies por Amalgamação: Uma História da Controvérsia Que Renunciava às Declarações de Amalgamação de Ellen G. White”, Colégio União do Sul da China, junho de 1979. Uma versão abreviada da pesquisa de Shigley apareceu como “Amalgamação do Homem e do Animal”, *Spectrum*, junho de 1982, págs. 10-19.

11. Nova Iorque: Harper and Row, 1976.

12. Alguns dos melhores estudos estão disponíveis em Roger W. Coon, ed., *Anthology of Recently Published Articles on Selected Issues in Prophetic Guidance 1980-1988*, sexta ed. (Barrien Springs, Mich.: Andrews University, 1989).

13. Raymond F. Cottrell, “A Avaliação de Ellen G. White e o Uso da Bíblia”, em Gordon M. Hyde, ed., *A Symposium on Biblical Hermeneutics* (Washington, D.C.: Comissão de Investigação Bíblica, 1974), págs. 142-161.

14. Alden Thompson, “Do Sinai ao Gólgota”, *Adventist Review*, dezembro de 1981.

15. O Seminário Teológico Adventista da Andrews University tem-se movimentado grandemente para incluir o curso “Desenvolvimento da Teologia ASD” como parte de seu currículo de Master em Divindade. Ver *Boletim* do Seminário, 1988-1989, págs. 89.

16. Ellen G. White, *Test. Sel.*, vol. 3, pág. 443.

Vitória Sobre os Demônios

MOSES OLADELE TAIWO
Professor de teologia na África ocidental

Em nossa pregação não devemos mostrar apenas as implicações do evangelho para o futuro, mas também seu significado para o mundo em que os ouvintes vivem agora.

O cristianismo parece estar ganhando mais terreno, no continente africano, do que qualquer uma das outras religiões. Não obstante, como nos dias da heresia dos colossenses (ver Col. 1:13-23; 2:8-3:5), muitos não têm visto a suficiência de Cristo. Muitos conversos não vêem nenhum conflito em ir à igreja, ouvir os sermões, orar, cantar e dar o dízimo e as ofertas e, ao mesmo tempo, principalmente nas provações e situações difíceis, visitar um adivinho (*babalawo*) ou um profissional tradicional (*onissegun*) para saber o que diz o futuro.

Creio firmemente que nossos missionários, pastores, evangelistas e pregadores locais necessitam voltar suas mensagens evangélicas para esta situação. Não estou dizendo que devamos mudar o evangelho apresentado nas Escrituras, mas estou verdadeiramente convencido de que nos tempos do Novo Testamento o evangelho jamais foi pregado num vazio que o distanciasse do ambiente. Cumpre-nos relacionar nossa pregação de Cristo com os diversos ambientes culturais.¹

Os colossenses e os países africanos

O mundo que a igreja enfrenta hoje na África, assemelha-se grandemente ao dos colossenses do tem-

po de Paulo. Aquele mundo era um mundo cheio de espíritos e todas as formas de poderes cósmicos, que precisavam ser constantemente apaziguados por alguém para se sentir a Presença Divina. Os habitantes daquele mundo enfrentavam um universo hostil com seus inúmeros *archai* (principados) e *exousiai* (poderes). Sua observação dos movimentos regulares das estrelas havia levado muitos a concluir que as estrelas possuíam poder sobre os assuntos humanos e que as posições individuais dos corpos celestes, por ocasião do nascimento de um homem, traçavam o seu destino. Criam que para obterem a felicidade na vida, as pessoas deviam procurar entender e, se necessário, apaziguar os espíritos dos astros.²

Crenças semelhantes existem hoje em muitas partes do mundo — como acontece na Nigéria, especialmente entre os povos de fala ioruba. Os africanos vivem em constante temor, em um mundo infestado de espíritos de demônios, que eles acreditam habitarem nas estrelas e nos elementos naturais como o vento, o trovão, o relâmpago e a chuva. Eles temem também aqueles que, acreditam, podem usar essas forças espirituais para o bem ou para o mal.

Os iorubas crêem que há milhares de espíritos e divindades que devem não só ser reverenciados mas cultuados. Indistintamente, ninguém deve agir sem consultar uma dessas divindades, pois se acredita que esses deuses e espíritos controlam o acesso à presença divina. Por essa razão, os africanos consideram a religião como capaz de prover não só a salvação da alma e orientação para a vida moral, como também proteção contra esses poderes cósmicos empíricos.

Para o africano, a pregação de Cristo

só está repleta de significação quando se relaciona com os problemas do alto. Para os cristãos africanos, a “salvação em Cristo apenas” deve abranger toda a esfera da vida. Deve proporcionar a vitória sobre os poderes demoníacos, a contínua proteção desses poderes, a provisão das necessidades diárias e a segurança para a sociedade na qual os africanos se encontram — em outras palavras, deve proporcionar o bem-estar geral das pessoas.

Mas sinto dizer que nossos evangelistas e os pregadores e pastores locais lamentavelmente estão deixando de atender a essas necessidades. Alguns têm negado totalmente a realidade dos poderes demoníacos, considerando como superstição a crença na existência deles. Outros têm aceito de má vontade esta realidade, mas têm feito pouco esforço para relacionar a mensagem do evangelho com esses problemas. Em lugar disso, têm ressaltado a salvação da alma e a vida moral.

Essa falha em deixar de relacionar o cristianismo com o mundo em que vivem os africanos, tem dado a impressão de que a salvação cristã está interessada primordialmente na vida por vir. Por causa dessa maneira de agir, muitos africanos acreditam ou que Cristo não está interessado nos seres cósmicos com os quais eles devem lutar, ou que Ele não tem nenhum poder sobre eles. Uma canção popular das festividades entre a tribo ioruba à qual pertencemos, diz:

Festejaremos o ritual de nossa terra.

Festejaremos o ritual de nossa terra.

O cristianismo jamais proíbe. Não, o cristianismo jamais proíbe a participação no cerimonial.

Celebraremos o ritual de nossa terra.

É pelo fato de as igrejas cristãs raramente terem lidado de maneira adequada com esta situação, que muitas igrejas africanas independentes estão surgindo hoje em dia, e as igrejas da Missão Africana estão aumentando. Essa postura tem influenciado também a tendência da teologia cristã sobre o continente africano.

Que devemos fazer?

Os pregadores devem dar contexto ao seu trabalho evangelístico interior e externo. Devem mostrar como o evangelho de Cristo atende às vá-

“Devemos tornar as pessoas cientes da presença de Jesus e da vitória que Sua morte e ressurreição alcançaram em favor dos crentes.”

rias necessidades das pessoas. Conquanto ao evangelizarmos devamos pregar o perdão dos pecados por meio de Cristo, devemos mostrar também às pessoas o total ajuste de Cristo a todas as suas necessidades agora e no futuro. Cumpre-lhes observar isto em sua experiência diária.

A proclamação do evangelho não deve apresentar somente a realidade da escravidão demoníaca, mas proclamar também a emancipação que Cristo proporciona. Como escreveu K. Koch: “Onde o fenômeno anormal da possessão, como a manifestação extrema do império do mal, realmente aparece, devemos enfrentá-lo com as alegres novas da mensagem de libertação.”³

Devemos tornar cientes as pessoas da constante presença de Jesus e da vitória que Sua morte e ressurreição alcançaram em favor dos crentes. Nosso povo necessita saber acerca do poder da oração.

Precisamos pregar a Cristo à luz da compreensão cultural de nosso auditório, com vistas a remover os problemas da vida dúplice com que muitos deles ainda se debatem diariamente. Somente quando relacionarmos Jesus com o seu mundo de cada dia, podem eles vê-Lo não apenas como o Salvador do pecado, mas como o Vencedor, a quem foi dado todo o poder tanto no Céu como na Terra; Aquele que é suficiente para todas as suas necessidades. Aqui, Paulo é nosso maior exemplo.

1. Warneck, *The Living Forces of the Gospel* (Nova Iorque: Fountainhead Pub., Inc., 1970), pág. 232; ver também S. O. Abogunrin, “The Background to St. Paul’s Concept of Freedom”, *Orita*, junho de 1977, págs. 28-40.

2. H. C. Kee e F. W. Young, *The Living World of the New Testament* (London: Darton, Longman, and Todd, 1974), págs. 18 e 19.

3. Kock, *Christian Counselling and Occultism* (Grand Rapids: Kregel Pubs., 1973), pág. 338.

A Família: um Sócio na Obra

VICTOR D. FLAUTA

Obreiro nas Filipinas



Na alegria e na tristeza, no planejamento e na execução, nossa família é um sócio agora e sempre.

A sociedade começou no Éden, e tem a sua confirmação nas palavras do sábio: “Melhor é serem dois do que um, porque têm melhor paga do seu trabalho. Porque se caírem, um levanta o companheiro... o cordão de três dobras não se rebenta com facilidade” (Ecles. 4:9, 10 e 12).

Pertencem a uma sociedade. Tem ela 22 anos de idade. Desde que nos casamos, minha esposa e eu temos considerado nossa vida uma sociedade dedicada ao ministério de Cristo. Quando vieram os filhos — em número de quatro — cada qual se tornou um novo membro dessa sociedade. Temos trabalhado juntos; juntos temos sofrido; temos resistido juntos, e jun-

tos temos experimentado o amor, a fé e a esperança. Nossa família é uma sociedade.

A sociedade nos negócios

Atualmente, estou cuidando de 52 igrejas em um dos maiores distritos da missão adventista nas Filipinas. É desnecessário dizer que estou muito ocupado, e às vezes viajar e dar orientações produz dificuldades, principalmente na igreja da qual sou o pastor. Em tais ocasiões, minha família vem em meu auxílio, pregando a Palavra, organizando algum trabalho, dando um estudo bíblico ou atendendo a uma visita marcada.

O preparo de nossos filhos para emergências assim, não aconteceu da noite para o dia, mas é o produto de anos de ensino no lar. Quando nossos filhos cursavam ainda a escola primária, já lhes ensi-

návamos maneiras simples de dar um estudo bíblico. No processo, eles aprenderam a amar o Mundo, bem como a partilhar a sua fé. Certa vez tive que deixar a cidade numa emergência. Isto interrompeu uma série de estudos bíblicos que eu estava dando a uma secretária executiva. O seu interesse pela verdade havia chegado ao auge, e eu não queria que houvesse uma interrupção naquele momento. Perguntei àquela senhora se meus filhos poderiam substituir-me enquanto eu estivesse fora. Meus filhos de 12 e 14 anos de idade estudaram a Bíblia com ela, e a levaram a aceitar o Senhor e a aceitar o batismo. Ao permitir que tomassem parte no serviço de Deus, não só fiz com que meus filhos se sentissem importantes, mas fui também capaz de elevar ao máximo suas potencialidades. Uma satisfação pelo resultado: meus filhos jamais se queixaram de que eu não gastei tempo suficiente com eles.

Parte do meu trabalho envolve cuidar das atividades legais da igreja. Em meu distrito, apenas 10 por cento da propriedade da missão estão legalizados, muitas propriedades não têm nenhuma documentação e os litígios contra a igreja são um problema constante. Mesmo nos assuntos seculares da igreja onde apenas a estrita aplicação da lei pode prevalecer, os membros da família podem constituir uma fonte de apoio e poder. Certa ocasião um influente cidadão deu entrada com uma ação contra uma de nossas igrejas — as escolas integradas alegaram que ele tinha a documentação legal do terreno. Nossa posição parecia insustentável. Ele tinha a lei do seu lado. Que poderíamos fazer? Em meus pedidos a meus filhos, fizemos desse caso um assunto de oração e intercessão da família. Podia haver alguma deficiência no título de posse da terra, mas o tipo e o propósito da obra em que a igreja estava empenhada — em favor de centenas de jovens — estavam acima da demanda. Seria possível a Deus intervir no caso e pleitear contra os queixosos? Por que não? Como família, oramos. Estudamos a Palavra de Deus e oramos fervorosamente para que se fizesse Sua vontade. Não tardou, aquele que se pensava fosse um litigante irredutível, propôs uma saída amigável; de maneira que o colégio pôde continuar o seu trabalho. Mais ainda, vimos uma porta aberta para a pregação do evangelho.

A reunião de família em estudo e oração neste caso, ensinou-me uma importante lição: nada é impossível para Deus, quando vamos a Ele em oração. A via espiritual continua sendo o meio mais eficaz nas relações humanas. A oração, em especial a oração coletiva, feita pelos fiéis, pode abrandar corações, resolver dificuldades e conseguir o inimaginável. Sem o culto e a oração familiar, nossa família não teria sobrevivido durante todo esse tempo. A intimidade com Deus e uns com os outros, é a maravilha que os joelhos dobrados realizam. Tem-se tornado uma prática em nossa família orar sem cessar; em tempos de aflição, sussurre uma oração; nos momentos de alegria, expresse louvor.

Sociedade financeira

Sou o gerente financeiro da família. Minha esposa é a tesoureira, a auditora e a administradora das finanças. Não temos nenhum problema pessoal no que se refere às nossas funções; somos realmente sócios em conservar saudável, espiritual e forte o núcleo familiar. Logo após o nosso casamento, decidimos que minha esposa manteria as finanças da família, e ela tem feito um excelente trabalho. Os filhos e eu temos nossas responsabilidades, em especial quando precisamos viver com um salário limitado e o sempre crescente custo de vida. Cada membro da família está envolvido no ajustamento do orçamento familiar. A família discute e vota qualquer despesa que exceda a uma certa quantia.

Nossos filhos, possuídos de um senso de participação nos ganhos da família, começaram, desde os seus primeiros anos de vida, a fazer contribuições. Viver dentro de suas posses e não fazer exigências que não pudessem ser satisfeitas, foram algumas das lições mais precoces de participação familiar que eles aprenderam. Quando crescessem mais, haveriam de colaborar com dinheiro de verdade, fazendo alguns trabalhos remunerativos. As meninas, costurando. Os meninos, colportando, mantendo assim a família, bem como partilhando sua fé. Ensinamos aos nossos sócios menores uma promessa que é como se fizesse parte de nossa vida: “Não há limites à utilidade de uma pes-

soa que, pondo de parte o próprio eu, oferece margem à operação do Espírito Santo na alma, e vive uma vida de inteira consagração a Deus.”¹

A despeito de todos os esforços para viver dentro do orçamento familiar, houve ocasiões em que o mês parecia mais longo do que o dinheiro. Passar necessidade e ter déficit fazem muitas vezes parte da vida, mas não se deve permitir que se tornem o todo. A vida é o quadro maior, são as belas discussões, o horizonte que sempre se expande, e jamais deveria ser medida por aquilo que temos ou não temos. Em nossa função como administradores financeiros de nossa família, essa lição assume a prioridade. Minha esposa e eu nos dispusemos a fazer com que nossos filhos aprendessem essa lição básica nas finanças: que Deus suprirá “em Cristo Jesus, cada uma de vossas necessidades” (Filip. 4:19).

Participação social

A solidez de um lar depende da ordem e da unidade que assinalam o seu funcionamento. Este princípio é duplamente aplicável a um lar cristão, pois “uma casa cristã bem ordenada é poderoso argumento em favor da realidade da religião cristã”.²

A família que ora junta, permanece unida. É um ditado antigo, mas verdadeiro. Podemos subscrever essa verdade, dizendo que a família que trabalha unida, brinca junta, diverte-se mais junta, tem mais possibilidades de ser uma família feliz. Nossa família não é muito boa nos esportes, mas gostamos de fazer as coisas juntos. Gostamos de jardinagem. Andamos um pouco a pé. Ocasionalmente, jogamos peteca. Partilhamos nossos serviços domésticos. Passar tempo juntos é o grude que mantém os membros da família unidos.

Quando nossos filhos estavam ainda na escola primária, nós os utilizávamos do lado social da participação familiar. Dávamos a eles pequenos deveres domésticos, de início, aumentando-os à medida que eles iam ficando mais velhos. Colávamos na porta da cozinha uma lista de trabalhos, convencionada entre os membros da família. Cada pessoa tinha um dever a cumprir dentro de um tempo pre-

viamente estabelecido. No final da semana, avaliávamos o desempenho e ajudávamos uns aos outros com sugestões a respeito de como poderíamos ter realizado melhor o trabalho. A apreciação de um trabalho bem feito constituía um fator importante para tornar o trabalho um prazer, e variávamos a maneira de expressar nossa satisfação às crianças — estrelas em seus nomes no mapa de trabalho, pequenos presentes ou mesmo um abraço. Quando os filhos cresceram, a carga e a espécie de trabalho também aumentaram, e cada qual assumiu a vez de cuidar das responsabilidades domésticas com títulos desafiadores: gerente de soalho (esfregar o chão), engenheiro sanitário (limpar o banheiro), chefe (cozinha), paisagista (capanar o jardim), donzela (lavanderia e camas), capelão (dirigente do culto), etc. Ao tornarmos o trabalho dentro e ao redor da casa um deleite para as crianças, não só havíamos solucionado o problema da conservação da casa, mas ensinado também lições sobre solidariedade na família, dignidade do trabalho, contabilidade e consciência do tempo.

Como sócios de uma unidade social, ocasionalmente nos achamos em conflito uns com os outros. Como pais, procurávamos dar exemplo a nossos sócios mais jovens. Ao primeiro sinal de possível argumento, havíamos estabelecido uma regra de pararmos e perguntarmos a nós mesmos: é o argumento válido? Há outra maneira de resolver o problema? Por que não tomar tempo para refletir sobre isto? O culto e a oração em família sempre proporcionaram oportunidade de realçar o melhor no relacionamento familiar e no trato com os problemas que magoam.

Quando os conflitos envolvem os filhos, procuramos ser justos e ouvir a versão e o ponto de vista de cada um deles. Mas mesmo antes do início do conflito, procuramos ser justos em tudo o que os membros da família recebem ou fazem. Deixamos claro que o que damos aos filhos — roupas, bonecas, presentes, festas; e o que esperamos deles: trabalho, responsabilidade, prestação de contas — não reflete quaisquer tendências ou discriminação. Quando somos justos e damos o exemplo no relacionamento e maneira de viver, os filhos acham fácil aceitar a orientação e levam adiante os problemas interpessoais.

A educação ocupa lugar saliente nas prioridades de nossa família. O entendimento familiar com relação a isto tem sido claro como cristal desde o início. Os sócios mais antigos proporcionam a base de sustentação, enquanto os mais jovens fazem sua parte, cumprindo alegremente todas as suas exigências, principalmente as que se referem ao estudo.

Como pais, prometemos a nós mesmos, no começo de nossa vida matrimonial, traçar o futuro de nossos filhos. Como pais, não tivemos todas as oportunidades de uma boa educação, mas sabíamos que nossos sócios mais jovens não deveriam ser privados da busca da excelência. Dessa maneira, planejamos logo a espécie de programa que nossos filhos deveriam ter: uma educação cristã na qual o dinâmico e o espiritual, o presente e o futuro, estivessem protegidos. Nossos filhos cresceram com uma educação cristã sustentada por uma forte base doméstica e apoiada por uma igreja solícita. Ainda nos dias da pré-escola, a família proveu as

crianças de livros de gravura, cadernos de desenho, giz e instrumentos musicais para cultivarem seus talentos. A Escola Sabatina proporcionou também um meio educativo. Quando nossos filhos entraram na escola secundária, já estavam traduzindo e ensinando as lições da Escola Sabatina. No colégio, nós os animamos a se envolverem em atividades espirituais, científicas, físicas e sociais. Elogiávamos seus êxitos; compartilhávamos de suas frustrações; ali estávamos, quando eles necessitavam, para fosse qual fosse a razão.

A educação cristã era dispendiosa, mas valeu a pena tudo o que nela investimos. Ela ajudou na formação de vidas, no amoldamento dos caracteres e na decisão em favor da eternidade. Ajudou-nos a ver o cumprimento da promessa feita muito tempo atrás: "Que estas minhas palavras... estejam presentes, diante do Senhor nosso Deus, de dia e de noite, para que faça justiça ao Seu servo... seguindo cada dia o exigir" (I Reis 8:59).

Eternos participantes

A instituição da família, da mesma forma que a do sábado, teve sua origem no Éden. Antes que o pecado interrompesse as relações e trouxesse os espinhos e cardos, o lar surgiu no cenário terrestre como uma dádiva divina. O dom é para sempre e, como o sábado, a sociedade da família transcenderá as barreiras do tempo e se achará uma vez mais enraizada na eternidade. A família é uma sociedade sagrada, e pela graça de Deus ela pode sê-lo para sempre.

Minha esposa e eu temos levado a sério este conceito, e procurado edificar um lar que possa chegar à eternidade. Aquilo que fizermos do lar hoje, decidirá o que ele será amanhã e no dia seguinte. A maneira como nossos filhos refletirem os valores da graça cristã hoje, determinará os contornos de seu desenvolvimento amanhã: "As companhias que têm, os princípios que adotam, os hábitos que formam, decidirão quanto a serem ou não úteis aqui, bem como seu futuro destino".³



1. Ellen White, *O Desejado de Todas as Nações*, pág. 227.

2. *O Lar Adventista*, pág. 36.

3. *Idem*, pág. 455.

“O Dia do Senhor”: Um Dia da Semana?

ALMIR A. FONSECA
Editor da revista “O Ministério”

Existem algumas teorias quanto ao que significa “o dia do Senhor”, de Apocalipse 1:10. A que o considera como a *parousia* parece ter mais fundamento.

As opiniões sobre o “dia do Senhor” a respeito do qual fala o apóstolo João em Apocalipse 1:10, se continuam divididas, tiveram pelo menos o mérito de levar as pessoas a examinarem com profundidade o assunto. Como resultado, diversas têm sido as contribuições apresentadas; para benefício daqueles que gostariam de saber a verdade.

Como é do nosso conhecimento, João diz em Apocalipse 1:10 o que aconteceu com ele, enquanto se achava prisioneiro na ilha de Patmos. Conforme lemos na edição Revista e Atualizada da Versão Almeida, declara ele: “Achei-me em espírito, no dia do Senhor, e ouvi por detrás de mim grande voz, como de trombeta”.

Na tentativa de interpretar o que João quis dizer pela expressão “dia do Senhor”, estudiosos há que dizem tratar-se do primeiro dia da semana, o domingo, enquanto outros são de parecer que o apóstolo se referia ao sábado dos dez mandamentos. Os primeiros supõem que o autor de Apocalipse tinha como “dia do Senhor” aquele em que Cristo ressuscitou, ao passo que os últimos consideram mais lógico pensar que, sendo conhecedor do Antigo Testamento, o vidente de Patmos estava familiarizado com a linguagem nele existente, que considera o sábado como o dia do Senhor.

Não surpreende, por exemplo, que num esforço por fazer com que o seu ponto de vista prevaleça, os defensores da observância do domingo tornem a linguagem bíblica cada vez mais afoita, em prejuízo

daquilo que pretende o texto no original.

A *Bíblia de Jerusalém*, uma das versões modernas mais conceituadas das Escrituras, acompanha essa tendência de considerar o domingo como sendo “o dia do Senhor” de que fala João. “No dia do Senhor”, diz ela, “fui movido pelo Espírito”. E a *Bíblia Viva* afirma até que João estava adorando, quando teve a revelação. “Era o dia do Senhor e eu estava adorando”, afirma esta versão. A *Bíblia Sagrada*, das Edições Paulinas, porém, vai mais longe, quando declara: “Num domingo, caindo eu em êxtase, ouvi atrás de mim uma voz forte, como de trombeta”.

Um terceiro grupo, contudo, fundamenta-se na linguagem do próprio livro do Apocalipse, para argumentar que João não se referia a nenhum dia da semana, especificamente, mas à *parousia* e ao dia do juízo, embora seja este o único lugar em que, excepcionalmente, a expressão aparece escrita dessa forma, em grego. João, de acordo com essa espécie de interpretação, teria recebido um conjunto de revelações a respeito do dia em que nosso Senhor Jesus deverá retornar a este planeta a fim de dar a recompensa a cada um conforme os seus feitos.

Defensores do domingo

Defendem a tese de que o exilado de Patmos se referia ao domingo, primeiramente os católicos, pioneiros em ligar a ressurreição com a guarda de um dia. Depois, o protestantismo de um modo geral. Logicamente, na falta de um texto bíblico mais explícito, que lhes favorecesse a defesa do primeiro dia da semana como dia de guarda, utilizaram-

se de Apocalipse 1:10, imaginando assim ter justificado a observância dominical.

Enquanto isso, têm-se feito incursões a fontes históricas do segundo século da era patristica, como *Didaquê*, *Epístola aos Magnisianos* de Inácio, e o *Evangelho de Pedro*, entre outras, pretendendo que essas obras dêem a pista, quem sabe, o “elo perdido” de que se precisa, para chegar ao domingo.¹ O exame detido dessas fontes, porém, revela que também elas nada podem fazer para justificar a observância do domingo.

Alguns, na ânsia de levar o domingo às eras mais recuadas do cristianismo, chegam a fazer uma analogia entre as palavras de João e o “dia do imperador”, expressão usada nos dias do apóstolo para designar o dia de veneração ao imperador romano. João estaria usando a expressão “dia do Senhor”, com referência a Cristo, para caracterizar sua desaprovacão ao culto do magistrado romano, possibilidade descartada por Bacchiocchi.²

Outra possibilidade, preferem alguns, seria a de que a expressão do autor do Apocalipse refere-se ao Domingo de Páscoa, celebrado anualmente; e não, ao domingo semanal. Embora veja “algum mérito” nesse esforço de estabelecer ligação entre o “dia do Senhor” e a Páscoa, Bacchiocchi mostra os pontos falhos dessa argumentação.³

O “dia do Senhor” seria o sábado

Por outro lado, a expressão utilizada pelo vidente de Patmos teria relação com o sábado dos Dez Mandamentos. Expressões do quarto mandamento, bem como outras declarações espalhadas tanto no Antigo como no Novo Testamento, levariam a concluir dessa maneira. Têm-se mostrado inclinados a aceitar essa forma de interpretação, os Adventistas do Sétimo Dia.

O *Comentário Bíblico Adventista*, por exemplo, considera o seguinte: “Do lado positivo da questão, há o fato de que embora as Escrituras identifiquem o domingo como não tendo nenhuma ligação religiosa com o Senhor, repetidamente elas reconhecem que o sétimo dia, o sábado, é o dia especial do Senhor. Diz-se que Deus abençoou e santificou o sétimo dia (Ver Gên. 2:3)”⁴

Os que acham que Apocalipse 1:10 se refere ao sábado, pensam dessa maneira com base em expressões de outras partes das Escrituras, que consideram o sábado como dia do Senhor.

Numa apostila de sua autoria, traduzida para o português em 1961, Edwin R. Thiele declara, referindo-se ao sábado: “A palavra traduzida por ‘do Senhor’ neste texto não é um substantivo, mas um adjetivo ‘kuriakee’, no caso dativo. — Como não há nenhuma forma adjetiva adequada do substantivo ‘Senhor’ em inglês, a forma possessiva ‘do Senhor’ é usada. Ela significa ‘pertencendo ao Senhor’. Nos tempos do Novo Testamento o imperador começou a ser chamado ‘Senhor’ e ‘Filho de Deus’. O termo ‘kuriakos’ era comum no Egito e na Ásia Menor, durante o período imperial, e significava ‘imperial’. Havia, assim, um tesouro imperial, e um serviço imperial.... A significação era, ao que tudo indica, algo semelhante ao ‘dia do Imperador’. O uso de João deste título ‘dia do Senhor’ para distinguir o sábado de Deus era sem dúvida um pretexto consciente contra o crescente culto imperial com o seu ‘dia do Imperador’.”⁵ Essa hipótese de ligação entre o dia do Senhor e o dia do imperador é descartada no livro de Bacchiocchi.⁶

Outra contribuição em defesa do sábado, vem de C. Mervyn Maxwell. Como o autor da citação anterior, também ele é de parecer que Apocalipse 1:10, ou melhor, a expressão “dia do Senhor” se refere ao sábado. Sobre o assunto, diz ele: “Era apropriado que ele visse o Senhor no dia do Senhor. A visão pegou João de surpresa, pois sabemos que a escolha do dia não foi sua. O Senhor escolheu dar-lhe a visão de Si mesmo em Seu próprio dia.”⁷

Há, contudo, boas razões para se admitir que o apóstolo João não estivesse tratando de um dia da semana, fosse ele o sábado ou o domingo. O Prof. Bacchiocchi, que já citamos neste trabalho, defende o ponto de vista de que o autor do Apocalipse se referia à ocasião do retorno de Cristo a este mundo. “O contexto imediato que precede e segue Apocalipse 1:10 contém referências inequívocas ao dia escatológico do Senhor”,⁸ diz ele.

O autor citado diz ainda que “um estudo temático do conteúdo do livro do Apocalipse confirma que o dia da *parousia* constitui o ponto focal de toda a visão e o tema fundamental em torno do qual gira todo o livro”.⁹ Entre os muitos argumentos que mostram não se tratar de um dia de vinte e quatro horas, ele cita a opinião de J. F. Walvoord, que considera “questionável em todo caso que a espantosa revelação concedida em todo o livro possa ter sido transmitida a João em um dia de vinte e quatro horas; e é mais provável que ela tenha consistido de uma série de revelações”.¹⁰

Bacchiocchi faz inúmeras outras considerações, à luz das quais, diz ele, “parece muito improvável que a expressão ‘dia do Senhor’ de Apocalipse 1:10 se refira ao domingo. Ela parece antes ser uma variação da expressão ‘o dia do Senhor’, comumente empregada nas Escrituras para designar o dia do juízo e da *parousia*”.¹¹

Mas, perguntará alguém, não diz a Sra. White que “foi no sábado que o Senhor da glória apareceu ao exilado apóstolo”?¹² E que “o sábado era tão religiosamente observado por João em Patmos como quando estava pregando ao povo nas cidades e vilas da Judéia”?¹³

De fato, ela faz esta afirmação. Contudo, não significa que estivesse afirmando que o Senhor apareceu a João, baseada no texto grego. Nada impedia que João fosse visitado num dia de sábado. Naturalmente, ele teria que ser visitado em um dia da semana, e é melhor que esse dia tenha sido o sábado. A Sra. White, contudo, deve ter feito uso do dom de profecia, de que fora investida, para fazer a afirmação; por inspiração, achou-se ela autorizada a dizer que João recebeu

a visita no dia de sábado.

Não se deve inferir, contudo, que Ellen White estivesse fazendo a declaração por considerar “o dia do Senhor”, de que trata Apocalipse 1:10, como sendo o sábado. Nada impedia que a visão tivesse ocorrido no sábado, repetimos, mas não significa que o dia fosse sábado porque João estava usando a expressão “dia do Senhor”. Ele podia perfeitamente ter recebido a visita de seu Senhor num dia de sábado e, todavia, estar falando do dia em que Cristo há de voltar.

A preposição, o artigo e o verbo

Na maioria das vezes, os estudiosos de Apocalipse 1:10 restringem-se ao exame da expressão “dia do Senhor”, sem levar em consideração outros termos da oração em que o apóstolo diz ter recebido a visão. Naturalmente, a preocupação em saberem a respeito de que dia da semana está falando o autor do livro, faz com que busquem encontrar historicamente quando o dia começou a ser observado, embora o texto possa levar a conclusões diferentes das pretendidas.

Se considerarmos, por exemplo, a preposição *ev* (em), e a função que ela está exercendo na frase usada por João para contar o que viu, notaremos que há pouca probabilidade de o apóstolo estar falando de um dia da semana.

Em contração com o artigo feminino singular *tḗ* (tê), está ela formando a palavra *na* (= em + a), o que nos levaria a ler “na dia do Senhor”, visto que a palavra *dia*, à semelhança de muitas outras que para nós são masculinas, é feminina em língua grega. Palavras como átrio, caminho, coração, deserto, dia, etc., são todas femininas em grego.

Pois bem, a preposição *ev* e o artigo *tḗ* aparecem juntos mais de 309 vezes no Novo Testamento, e são traduzidos por: à, ao, com a, de, durante, em, para, para a, pela, pelo, por, sobre, etc. Em Lucas 12:51, por exemplo, lemos: “Supondes que vim para dar paz à terra?” Nessa frase, o a craseado (à), que antecede a palavra *terra*, é a contração da preposição *ev* com o artigo feminino singular *tḗ*.

Pelo menos em um dos usos da preposição *ev* com o artigo *tḗ*, a contração em português deu *ao*. Lucas 1:59, na edição

O emprego do
DATIVO, e a regra com
relação aos verbos
de movimento, contribuem
para esclarecer
que não se trata de um
dia da semana, e, sim, de
um dia no futuro,
o da vinda de Cristo.
Trata-se de um fato
escatológico.

Revista e Corrigida de Almeida, declara: “E sucedeu que, ao oitavo dia, vieram circuncidar o menino.” Em grego, temos: *Kai egéneto ev tñ hamera ogdon*, isto é, ao dia oitavo vieram... Fazem também este uso de *ao*, Atos 10:40 e Marcos 1:16.

Assim, onde lemos *ev tñ kuriaké hamera*, em lugar de darmos à tradução “no dia do Senhor”, podemos perfeitamente dizer “ao dia do Senhor”. Nesse caso, João teria sido levado em espírito não *no*, mas *ao* dia do Senhor, o que faz grande diferença. Ao ser levado *ao* dia do Senhor, o vidente de Patmos teve o privilégio de contemplar os acontecimentos que ocorrerão por ocasião do regresso de Cristo a este mundo; não a ter uma visão *em* um dia da semana, seja ele sábado ou domingo.

Além disso, o artigo feminino singular *tñ* está no caso DATIVO, em Apocalipse 1:10, que em português é o caso do objeto indireto. Ora, estando no caso dativo, a contração de *ev tñ* nesta frase necessariamente tem que ser *ao*, dando, portanto, “ao dia do Senhor”, e não “no dia do Senhor”. João foi arrebatado ou foi levado não *em* um dia da semana, mas *ao* dia do regresso de Cristo à Terra.

O verbo *guinomai*, que dá origem à oração na qual o apóstolo declara ter recebido a visão, também nos ajuda a compreender o sentido daquilo que o autor do livro estava dizendo. Na primeira pessoa do singular do indicativo, 2ª aoristo (*egenómene*), este verbo pertence à categoria dos “verbos de movimento”, e é traduzi-

do entre outros, pelos verbos sair, passar, chegar, vir, subir a, etc.¹⁴

De fato, onde se lê hoje, nas edições mais modernas da versão Almeida “acheime em espírito” (Apoc. 1:10), lê-se na Edição Revista e Corrigida a expressão “fui arrebatado em espírito”, o que indica movimento. É a mesma idéia que Paulo dá, ao falar sobre o seu arrebatamento ao paraíso (II Cor. 12:2 e 4), embora seja outro o verbo empregado para arrebatamento, neste texto bíblico. Ora, ninguém diz que Paulo foi arrebatado “*no* paraíso”, mas *ao* paraíso, e certamente porque o verbo arrebatado é verbo de movimento.

A respeito de tais verbos, dizem os gramáticos: “Não devemos usar a preposição *em* com verbos de movimento, porquanto *em* indica lugar onde: ‘Vou *ao* colégio’ — e não: ‘Vou *no* colégio’. — Só se emprega *em* com os verbos de movimento, quando se associa a idéia de *lugar onde*; assim é que se pode dizer ‘lançar *no* mar’, ‘ingressar *no* seminário... — Note-se que o verbo chegar não admite a preposição *em*. Deve-se dizer ‘chegar *a* um lugar’, e não ‘chegar *em*’. Chegamos ao Rio”¹⁵

Dessa maneira, com sua frase *egenómene ev pneumatí ev tñ kuriaké hamera* (fui arrebatado em espírito ao dia do Senhor), João quer dizer que foi levado *ao* dia em que o Senhor estará voltando a este mundo, em cumprimento da promessa daquilo que o apóstolo Paulo chama de “a bendita esperança e a manifestação da glória do nosso grande Deus e salvador Cristo Jesus”¹⁶.

1. Samuelle Bacchiocchi, *From Sabbath to Sunday*, pág. 113.

2. *Ibidem*, pág. 115.

3. *Ibidem*, págs. 118-129.

4. *SDABC*, vol. 7, págs. 735 e 736.

5. Edwin R. Thiele, *Apocalipse* — Esboço de Estudo, 1961, pág. 27.

6. Bacchiocchi, *op. cit.*, pág. 116.

7. C. Merwin Maxwell, *God Cares*, vol. 2, pág. 82.

8. Bacchiocchi, *op. cit.*, pág. 123.

9. *Ibidem*, pág. 124.

10. *Ibidem*, pág. 125.

11. *Ibidem*, pág. 130.

12. Ellen G. White, *Atos dos Apóstolos*, pág. 581.

13. Ellen G. White, *op. cit.*, pág. 581.

14. Isidro Pereira, S. J., *Dicionário Grego-Português e Português-Grego*, Livraria Apostolado da Imprensa, pág. 110.

15. Napoleão Mendes de Almeida, *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, 14ª edição, 1962, págs. 292 e 293.

16. Tito 2:13.

É a Bíblia Nossa Autoridade Final?

George W. Reid

**Qual o significado de inspiração hoje?
Qual o valor normativo das Escrituras?**

Diretor do Instituto de Pesquisa Bíblica, Silver Spring, Maryland. A afirmação do filósofo do século dezesse- te, John Locke, segundo à qual em toda pessoa reside uma autonomia autodirigi- da, que não deve ser diminuída a não ser com permissão do seu possuidor, parece ter conquistado época. A princípio visível politicamente nas revoluções na América do Norte e na França, tornou-se funda- mental para cada segmento do pensamen- to ocidental. Agora os extremistas con- temporâneos desafiam toda sorte de autoridade.

Uma ilustração interessante é o impac- to dessa autonomia sobre a autoridade reli- giosa e a moralidade. A idéia de que nin- guém tem o direito de limitar meus desejos pessoais e de que minha permissão deve ser solicitada antes que qualquer tipo de restri- ção seja imposto a minhas atividades, conti- nua a espalhar-se em círculos nos quais se pensava outrora fossem da esfera da dire- ção de Deus. Como resultado, a moral, o comportamento e mesmo as crenças doutri- nárias são agora ditados pela vontade da comunidade, em pesquisa de opinião da maioria. A amoldagem dessa opinião se tor- nou uma grande atividade quando os pro- gramas de relações públicas lisonjeiros tra- balhavam com o grupo num esforço por in- fluenciar as opiniões ou produzir a disposi- ção que induz as pessoas a um fim desejado.

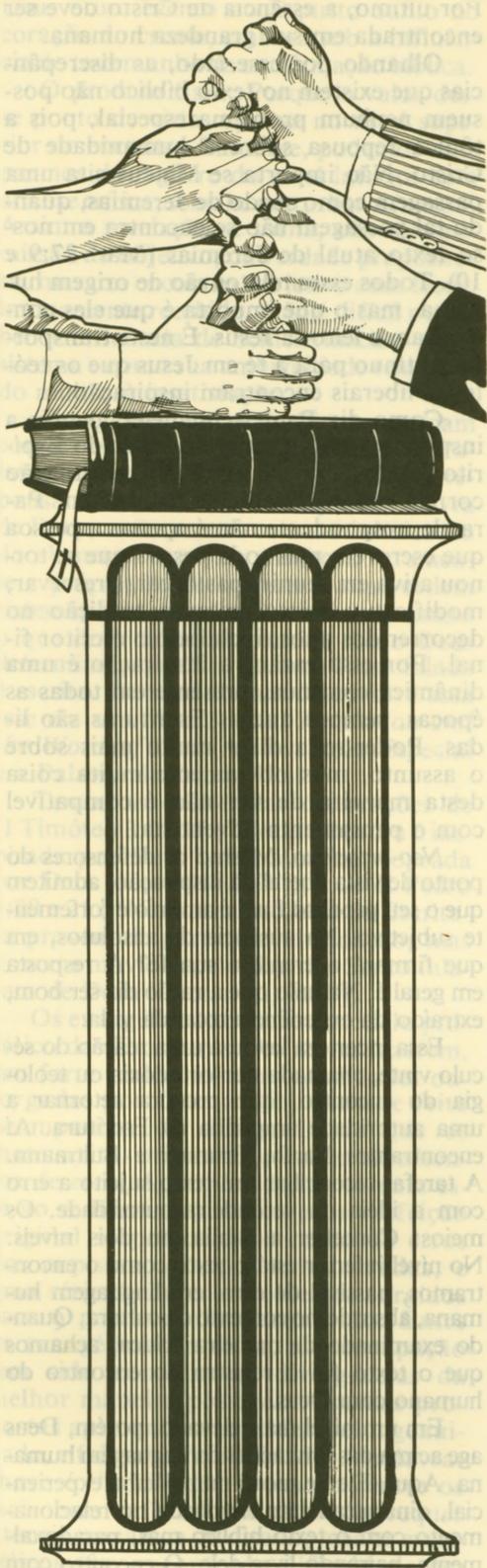
Num clima tal, não é de surpreender que muitas pessoas considerem as normas objetivas que governam o certo e o erra- do como o resíduo antiquado de uma épo- ca menos iluminada.

Com estas condições a prevalecerem, a pretensão da Bíblia, de ser a expressa vontade de Deus, encontra-se sob fogo cerrado, mesmo nas questões entre os ad- ventistas. Cumpre reconhecermos o fato de que o mais intenso esforço formador de opinião, incluindo-se a opinião teológi- ca adventista, procede do ambiente social circunjacente, algo particularmente verda- deiro em países industrializados. Pode- mos negar isto, mas os pastores no cam- po conhecem muito bem esta verdade.

Observar isso não é de maneira algu- ma diminuir a gravidade do debate sério em torno da autoridade; antes é salienta- r a necessidade de dizer as coisas com clare- za. As reafirmações de uma posição, não importa quão ardorosas sejam, nada pode- rão fazer. Os adventistas devem empreen- der uma reavaliação de onde estão, e ex- plorar uma vez mais a autoridade da Bí- blica. Isto inclui a questão de se a mensa- gem apresentada nas Escrituras voltará às mais profundas nascentes do espírito adventista e, em caso afirmativo, como pode vir a acontecer. Devido à insistência do adventismo histórico em fundamentar todas as coisas na Palavra de Deus, esta questão é de vital importância. O desgas- te da autoridade bíblica, é de tão grande significado que anuvia muitas das ques- tões em debate, e, na verdade, contribui para as discussões de alguns desses assuntos.

Fontes de autoridade

Quais são as fontes da autorida- de religiosa? São dadas muitas sugestões: uma força mística interior (típi- ca das várias crenças orientais); concepções



humanas (muitas vezes precedidas da análise racional); uma organização religiosa (cultos com um só líder); uma combinação das Escrituras com a tradição da igreja (várias ramificações católicas); experiência humana que se diz sob a direção do Espírito Santo (os grupos carismáticos); a Bíblia como a autorizada palavra de Deus (protestantes conservadores), e as várias combinações destes. Alguns, como os Mórmons, subordinam a autoridade das Escrituras canônicas a outros escritos. De todos estes, os adventistas têm até agora colocado a Bíblia — todos os 66 livros — em posição elevada. Como escreveu Ellen White: “Deus terá sobre a Terra um povo que mantenha a Bíblia, e a Bíblia só, como norma de todas as doutrinas e base de todas as reformas. As opiniões de homens ilustrados, as deduções da ciência, os credos ou decisões dos concílios eclesiásticos, tão numerosos e discordantes como o são as igrejas que representam, a voz da maioria — nenhuma destas coisas, nem todas em conjunto, deveriam considerar-se como prova, em favor ou contra qualquer ponto de fé religiosa. Antes de aceitar qualquer doutrina ou preceito, devemos pedir em seu apoio um claro — ‘assim diz o Senhor’”.¹

Ellen White não está diminuindo o valor de outros meios de aprendizado; ao contrário, está identificando as Escrituras como sendo a palavra final em assuntos de fé religiosa. Que ela não pretende limitar a opinião bíblica a assuntos religiosos apenas, é evidente de sua recomendação da Bíblia como fonte de informação histórica e como um autêntico registro das origens.

Quando, porém, levamos a autoridade escriturística além dos limites religiosos essencialmente, tornamo-la vulnerável à pesquisa histórica e à científica, e aí está o ponto de colisão que opõe as pessoas honestas umas contra as outras sobre a natureza da Palavra. Além disso, o processo comum dos estudos críticos tem apresentado substanciais números de dificuldades no texto bíblico. Essas questões dificultam qualquer compreensão aceitável de inspiração. Lidar com esses denominados fenômenos, apresenta um desafio para os adventistas.

Teorias da inspiração

Os livros sobre revelação e inspiração, a partir de 1975, apresentam no mínimo seis teorias da inspiração,

três das quais merecem um breve comentário.

Os três pontos de vista são (1) o liberal, (2) o neo-ortodoxo, e (3) o evangélico. Após considerarmos o caráter essencial de cada um desses pontos de vista, voltaremos a verificar onde se encontram os adventistas.

Liberal. O protestantismo liberal tem sua origem na idéia do filósofo alemão Schleiermacher, de que Deus é intima-

“Quando levamos a autoridade escriturística além dos limites religiosos, nós a tornamos vulnerável à pesquisa histórica e científica.”

mente percebido e é variável quanto à forma. Este ponto de vista pode ser descrito como um senso de dependência de um poder mais elevado. Esse conceito foi logo associado ao exame crítico dos livros bíblicos.

Em essência, o ponto de vista liberal começa com o “fenômeno” das Escrituras, os milhões de partes fragmentárias de informação, e avança no sentido da formulação de um ponto de vista total da inspiração, que pode servir para todos os elementos examinados. Ele exige fidelidade total ao texto em si, permitindo que as conclusões surjam do texto, em lugar de impô-las a partir de normas predeterminadas.

Com o prosseguimento da obra, emergem três temas repetidos: Primeiro, a verdade divina não deve situar-se em um livro antigo, mas é representada na obra do Espírito em andamento na comunidade. Essa obra é discernida por meio do julgamento crítico racional. Seu principal alvo não é identificar a verdade objetiva, mas buscar um autêntico conhecimento de Deus. Em segundo lugar, Jesus aparece como o arquétipo da compreensão e excelência religiosa. A salvação se torna um assunto do ensino e pioneirismo de Jesus, uma maneira melhor de se entender a Deus. O realce é sobre a humanidade de Jesus, acima de outras qualidades.

Por último, a essência de Cristo deve ser encontrada em sua grandeza humana.

Olhando por esse lado, as discrepâncias que existem no texto bíblico não possuem nenhum problema especial, pois a tônica repousa sobre a humanidade de Cristo. Não importa se Mateus cita uma passagem como sendo de Jeremias, quando tal passagem não se encontra em nosso texto atual de Jeremias (Mat. 27:9 e 10). Todos esses relatos são de origem humana, mas o que importa é que eles conduziram o leitor a Jesus. É neste transporte contínuo para a fé em Jesus que os teólogos liberais encontram inspiração.

Como diz Paul Achtemeier, ocorre a inspiração, como uma atividade do Espírito Santo, onde a tradição, a situação correta e um reagente se combinam. Para ele, respondente não é apenas a pessoa que escreveu, mas toda pessoa que se tornou ativa em reunir, pastorear, preservar, modificar e reinterpretar a tradição no decorrer dos anos, incluindo o escritor final. Por essa razão, a inspiração é uma dinâmica contínua, presente em todas as épocas, sempre que as Escrituras são lidas. Poder-se-ia dizer muito mais sobre o assunto, mas obviamente muita coisa desta maneira de ver não é compatível com o pensamento adventista.

Neo-ortodoxo. Mesmo os defensores do ponto de vista liberal da inspiração, admitem que o seu produto final é amorfo e fortemente subjetivo. Na ausência de absolutos, em que firmará o crente a sua fé? A resposta em geral é: Naquilo que a razão diz ser bom, extraído da experiência total da vida.

Essa incerteza levou a uma reação do século vinte, chamada neo-ortodoxia ou teologia do encontro, que procura retornar a uma autoridade ampliada da Escritura. Aí encontramos Barth, Brunner e Bultmann. A tarefa: reconciliar um texto sujeito a erro com a idéia da verdadeira autoridade. Os meios: Conceber a Bíblia em dois níveis. No nível inferior está o texto como o encontramos, passível de erro, em linguagem humana, absurdo no contexto da cultura. Quando examinado de maneira crítica, achamos que o texto foi o registro do encontro do humano com Deus.

Em um nível mais elevado, porém, Deus age acima das limitações da linguagem humana. Aqui, Ele Se move numa linha experiencial, dinamicamente envolvida no relacionamento com o texto bíblico mas, paradoxalmente, pairando livre dele. O encontro com

Deus é um evento do Espírito Santo no coração do crente, embora sob a influência do testemunho da confirmação bíblica.

O produto final: Porque o valor desse ponto de vista repousa no nível superior do encontro fluante, podemos ocupar-nos do registro do nível inferior com análise crítica, sem lhe perturbar a função. Assim a revelação se torna, não a transmissão do objetivo, da verdade propositora, mas um encontro subjetivo com Deus, intimamente recebido. Não é difícil perceber a influência de Schleiermacher nesse sistema e como sua ambigüidade tem levado muitos à insatisfação.

Evangélico: Os evangélicos começam com o conceito de que a Escritura é a Palavra escrita de Deus. A importância repousa fortemente em seu aspecto Palavra de Deus, muitas vezes com a minimização do elemento humano. Embora raramente a própria Bíblia apresente uma ordem sistemática de inspiração, tem ela muito o que dizer sobre a maneira como Deus determinou que Sua Palavra fosse falada e escrita. Bernard Ramm desenvolve essa tese em sua obra *Special Revelation and the Word of God* (A Revelação Especial e a Palavra de Deus), 1961.

Temos as conhecidas declarações de II Timóteo 3:15-17 (“Toda escritura é inspirada por Deus”, literalmente, soprada por Deus [verso 16, RSV]), e de II Pedro 1:20 e 21 (“Nenhuma profecia da Escritura provém de particular elucidação, mas homens movidos pelo Espírito Santo falaram de Deus” [verso 21, RSV]).

Os evangélicos aceitam o modelo profético das Escrituras. Ao assim fazerem, seu forte realce sobre as qualidades outorgadas por Deus à Bíblia tem-se feito acompanhar da afirmação de que os manuscritos originais devem ter sido isentos de erro. A perplexidade presente está ao se lidar com cópias cuja perfeição original se perdeu, por causa de erros dos copistas, interpretações erradas, e uma série de outros problemas surgidos com o processo de transmissão. Entre os evangélicos eruditos, a preocupação tem sido conciliar as divergências da melhor maneira possível. Algumas propostas apresentam considerável ingenuidade, e falta de credibilidade. A palavra-chave é “infalível”. De novo, entre os mais bem informados esta não requer a teoria mecânica do ditado, mas os evangélicos têm encontrado dificuldade em

concordar exatamente sobre o que entendem por “infalível”.

A maioria dos evangélicos apela para o princípio estabelecido pela Reforma de *sola scriptura*. De acordo com este princípio, os reformadores estavam apelando para a Bíblia como a corte de apelação final. Esta posição difere dos ensinamentos evangélicos de hoje, de um texto isento de erro nos manuscritos originais, idéia efetivamente desenvolvida na era pós-Reforma.

Ao distinguirem os seus pontos de vista dos defendidos pelos neo-ortodoxos, os evangélicos insistem em que embora a Bíblia defenda o encontro com Deus, ela vai além. Transmite-lhes contentamento no significado das palavras. A Bíblia apresenta verdades factuais, proposicionais e objetivas que fornecem normas para a fé e prática quanto à revelada vontade de Deus, normas válidas, quer aceitas ou não, e normas permanentes, porque Lhe revelam o caráter tanto nas mensagens escritas como nos relatos do ministério de Seu Filho. Assim como o Espírito Santo esteve operando ao transmitir ao escritor, também está ativo em levar o leitor a responder ao apelo de Deus.

Assim, a perspectiva evangélica vê a inspiração, não só como o Espírito atuando no meio da comunidade de crentes, mas também como um fenômeno objeti-

**“As verdades reveladas
são todas ‘dadas por
inspiração de Deus’;
embora sejam expressas
em palavras de homens e
adaptadas às necessidades
humanas.”**

vo. Ainda que expreso na linguagem, cultura e épocas da humanidade, o texto bíblico encerra valores transcendentais acima e além, valores destinados a apresentar o Filho de Deus como o centro unificador de uma coleção de documentos escritos em ocasiões e lugares diversos. E junto com a revelação do Filho há a expressão da vontade de Deus e do caminho da salvação.

Como os Adventistas do Sétimo Dia consideram estas teorias da inspiração? Distantes da posição liberal e quase tão distantes da perspectiva neo-ortodoxa, os adventistas também se sentem inconformados com a infalibilidade evangélica. A idéia de defender a posição isenta de erro dos manuscritos perdidos se afigura sem valor. Ela se parece uma forma preventiva de combate ao adversário hipotético. Mas o desafio é tão sério para os adventistas como o é para os evangélicos: como manter um ponto de vista elevado da autoridade escriturística, enquanto, ao mesmo tempo, se reconhecem as limitações das Escrituras? Pode a posição “a Bíblia e a Bíblia só” ser defendida?

Os adventistas já começaram a lidar com estes problemas. Vários artigos cuidadosamente elaborados e uma quantidade de ensaios e coleções de ensaios na forma de extensos livros já apareceram. Temos a *Biblical Interpretation Today*, de Gerhard Hasel (que de modo especial aplica os métodos); *Was Luke a Plagiarist?* (Foi Lucas um Plagiador?), de George Rice; *Who's Afraid of the Old Testament God?* (Quem Tem medo do Deus do Antigo Testamento?), que contém simplificações para os hermenêutas; e outras publicações do Instituto de Pesquisas Bíblicas, tais como *Biblical Hermeneutics* (Hermenêuticas Bíblicas). Devemos considerar também a valiosa publicação de vários escritos de Ellen White sobre a natureza da Bíblia e da influência da inspiração. Na verdade, eles nos colocam numa posição que no mínimo oferece a solução parcial das tensões.

Uma preocupação contínua da história da inspiração, adventista, é a tentativa de aliviar o firme compromisso de manter um elevado conceito das Escrituras. Sem nos dobrarmos a tal espécie de tentativa, podemos considerar três opções.

Os pioneiros adventistas estavam bem cientes das dificuldades, sobre a credibilidade da Bíblia, que os cercavam no século passado. Ellen White e outros ficaram alarmados com o rápido crescimento do cepticismo e da alta crítica, melhor conhecida hoje como crítica histórica.

A tendência se manifestou até no jo-

vem Colégio de Battle Creek e na série de artigos de George I. Butler, publicada na *Review and Herald* de 1884, na qual ele indicou graus de inspiração, um dos suportes do ponto de vista liberal de hoje. Com esta rubrica, os eruditos liberais classificaram os elementos bíblicos segundo a sua própria maneira de julgar. Ellen White respondeu: “Foi-me mostrado que o Senhor não inspirou os artigos acerca da inspiração, publicados na *Review*, nem aprovou o endosso deles perante nossa mocidade no colégio. Quando os homens se atrevem a criticar a Palavra de Deus, atrevem-se a pisar em terreno santo, sagrado, e melhor lhes seria temer e tremer e esconder sua sabedoria como loucura. Deus não designou homem algum para proferir juízos sobre Sua Palavra, escolhendo umas coisas como inspiradas e desacreditando outras como não inspiradas.”²

Embora Butler abandonasse seus pontos de vista, a ameaça continuou, obrigando Ellen White a prosseguir publicando artigos sobre a autoridade da Bíblia.

Uma segunda proposta foi a idéia de limitar a autoridade da Bíblia a assuntos religiosos apenas. Isto livraria as declarações históricas e científicas das limitações da inspiração. Em um dos seus mais impressionantes e antigos escritos, que apareceu em 1876 com o disfarçado título de “Biografias Bíblicas”, Ellen White renovou sua defesa da historicidade dos relatos bíblicos, naquela época desafiados por Wellhausen e outros. Escreveu ela: “As vidas relatadas na Bíblia são histórias autênticas de indivíduos reais. Desde que Adão caiu, através das gerações sucessivas até aos tempos dos apóstolos, temos um claro e sincero cômputo daquilo que realmente ocorreu e da verdadeira experiência de pessoas reais.... Os escribas de Deus escreveram como lhes foi ditado pelo Espírito Santo, não tendo eles próprios nenhum controle sobre a obra.”³ A última sentença é uma asserção notável que preocupa alguns. Em outro lugar, ela também defende os relatos do Gênesis dos sete dias da Criação e do Dilúvio como literalmente verdadeiros.

Mais recentemente, certos adventistas têm declarado que, sem alguns de seus elementos racionalísticos, a crítica histórica pode ser um instrumento válido no estudo da Bíblia. Este ponto de vista trata a crítica histórica não como um método integrado, mas como uma combinação de

elementos dos quais se pode escolher. Por exemplo, considerar o método gramatical histórico, usado pelos adventistas. Esse método funciona também em áreas examinadas pela crítica histórica. Contudo, um exame acurado mostra que os objetivos dos dois sistemas não se coadunam. Reconhecendo os problemas envolvidos, a reunião do Concílio Anual da igreja, celebrada em 1986 no Rio de Janeiro, aprovou uma declaração considerando o método da crítica histórica, como é classicamente defendido, como impróprio para uso pelos adventistas.

Ellen White sobre inspiração e autoridade

Já vimos o vibrante endosso de Ellen White à veracidade e autoridade das Escrituras, não só em assuntos religiosos mas também no relato de seus acontecimentos. Contudo, Ellen White não se encontra onde os evangélicos estão. Conquanto afirme a autoridade da Bíblia, reconhece ela nos mais elevados perfis o elemento humano nas Escrituras. Eis o que ela escreveu:

“Não acha que deve ter havido algum erro nos copistas ou da parte dos tradutores?’ Tudo isto é provável.... Mesmo todos os erros não causarão dificuldade a uma alma, nem farão tropeçar os pés de alguém.”⁴

“Os escritores da Bíblia tiveram de exprimir suas idéias em linguagem humana.”⁵

“Nem sempre há perfeita ordem ou aparente unidade nas Escrituras.”⁶

“A Bíblia precisa ser dada na linguagem dos homens. Tudo quanto é humano é imperfeito.”⁷

“A Bíblia foi escrita por homens inspirados, mas não é a maneira de pensar e exprimir-se de Deus. Esta é da humanidade. Deus, como escritor, não Se acha representado.... Os escritores da Bíblia foram os instrumentos de Deus, não Sua pena.”⁸

“Não são as palavras da Bíblia que são inspiradas, mas os homens é que o foram. A inspiração não atua nas palavras do homem ou em suas expressões, mas no próprio homem que, sob a influência do Espírito Santo, é possuído de pensamentos.”⁹

Como podemos conciliar todas estas declarações com a declaração anteriormente citada das “Biografias Bíblicas”? Pela referência ao contexto. Aqui a Sra. White está dando a idéia de que os escritores da Bíblia foram impelidos a dizer toda a verdade sobre os personagens da Bíblia, em lugar de cederem à tentação normal de lisonjear, omitindo os fatos menos louváveis. É neste aspecto que os escritores foram rigorosamente guiados pelo Espírito Santo, não na escolha de palavras específicas.

E o que dizer da confiança de Ellen White nas Escrituras finitas? Continua intocável pelo cepticismo. Enquanto assistia à Conferência Geral de Mineápolis em 1888, escreveu ela: “O Senhor, porém, tem guardado este Santo Livro em sua forma atual mediante o miraculoso poder dEle — uma carta ou guia para a família humana a fim de mostrar-lhe o caminho do Céu.”¹⁰

Ellen White aceitava a humanidade da linguagem e os meios de expressão e, contudo, mantinha sua clara, sonora e inabalável confiança na autoridade dessas mesmas Escrituras. Poucos parágrafos depois, ela continua dizendo: “Tomo a Bíblia tal como ela é, como a Palavra Inspirada. Creio nas declarações de uma Bíblia inteira.... Nenhuma mente ou mão se empenhe em criticar a Bíblia.” E de novo: “Irmãos, apegai-vos à Bíblia, tal como ela reza, parai com vossas críticas relativamente a sua validade, e obedecei à Palavra, e nenhum de vós se perderá”.¹¹

Conciliando as tensões

Devido a sua insistência sobre o lado humano das Escrituras inspiradas, como podia ela conciliar sua inabalável confiança na autoridade da Bíblia? Ela emprega dois princípios básicos.

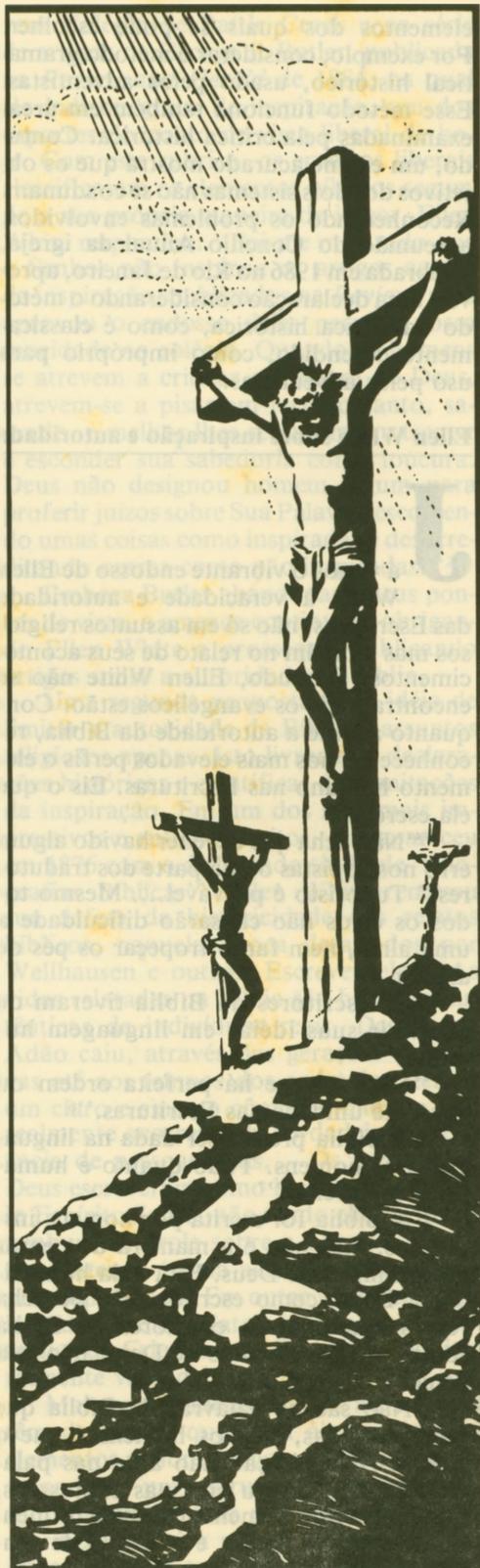
Primeiro, a acomodação. Ela não esperava descobrir o estilo ou a majestade de Deus de uma maneira que exigisse uma Bíblia sem erro. Escreveu ela: “As verdades reveladas são todos ‘dadas por inspiração de Deus’; embora sejam expressas em palavras de homens e adaptadas às necessidades humanas. Assim, é possível dizer do Livro de Deus, o que foi dito de Cristo, que ‘a Palavra Se fez carne’”.¹²

E de novo: “O Senhor fala aos seres humanos em linguagem imperfeita, a fim de os sentidos degenerados, a percepção pesada, terrena, dos seres da Terra poderem compreender-Lhe as palavras.... Ele vai ao encontro dos caídos seres humanos onde eles se acham.”¹³

“As verdades reveladas são todas ‘dadas por inspiração de Deus’; embora sejam expressas em palavras de homens e adaptadas às necessidades humanas”.

Segundo, interrupção do julgamento. “A entrada do pecado no mundo, a encarnação de Cristo, a regeneração, [e] a ressurreição... são mistérios profundos demais para a mente humana.... Mas Deus nos deu nas Escrituras suficiente evidência de seu divino caráter, e não devemos duvidar de Sua Palavra por não sermos capazes de entender todos os mistérios de Sua providência.”¹⁴

Devido às nossas limitações de dados e compreensão, Ellen White nos anima a manter nosso conceito até que tenhamos informação suficiente, a agir a partir de uma premissa de fé, certeza e confiança, e a deixar que no devido tempo, e por Seus próprios meios, Deus abra as portas do entendimento. No reino dos Céus, provavelmente nos perguntemos: Por que me preocupei tanto com isto? À explicação do próprio Cristo, tudo se ajustará ao modelo de Sua ordem, plano e Palavra.



1. Ellen White, *O Grande Conflito*, pág. 601.
2. Ellen White, *Mensagens Escolhidas*, Livro I, pág. 23.
3. Ellen White, *Testimonies for the Church*, vol. 4, pág. 9.
4. Ellen White, *Mensagens Escolhidas*, Livro I, pág. 16.
5. *Idem*, pág. 19.
6. *Idem*, pág. 20.
7. *Ibidem*
8. *Idem*, pág. 21.
9. *Ibidem*
10. *Idem*, pág. 15.
11. *Idem*, págs. 17 e 18.
12. Ellen White *Testimonies*, vol. 5, pág. 747.
13. Ellen White *Mensagens Escolhidas*, Livro I, pág. 22.
14. Ellen White *Testimonies*, vol. 5, pág. 699.